



35

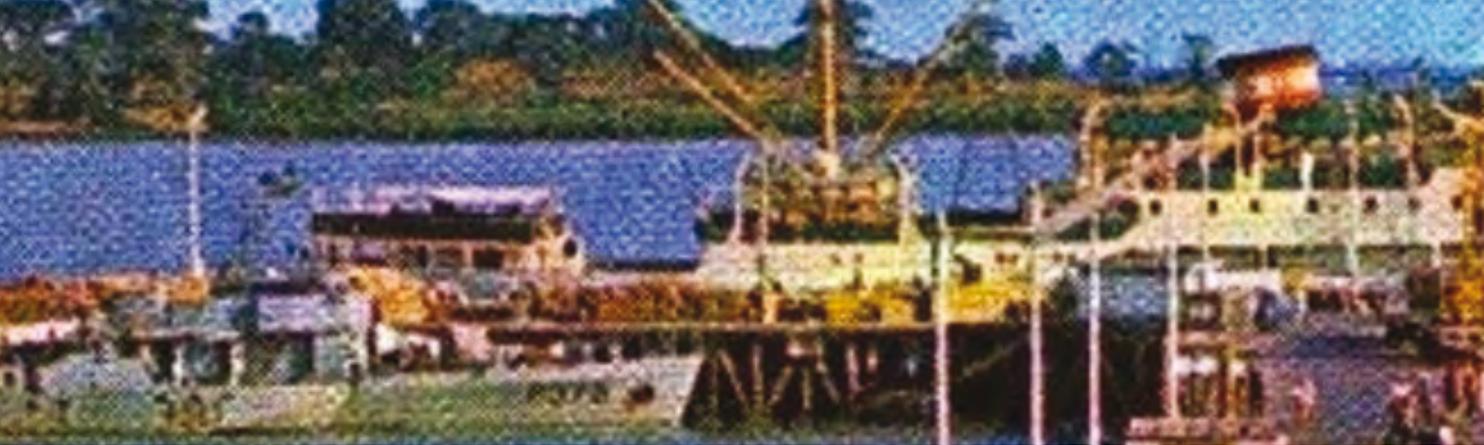
Anos de História na
Guiné-Bissau



DEVELOPMENT CONSULTANTS

Tudo começou em 1976/1977

quando alguns
dos fundadores da revista
“Economia e Socialismo”
foram convidados
pelo nosso grande amigo,
Dr. Vasco Cabral,
1º comissário de estado
do desenvolvimento
económico e da planificação,
a visitar a Guiné-Bissau.



As missões iniciais, realizadas sob a cobertura institucional da editora “Economia e Socialismo”, cooperativa que editava a revista com o mesmo nome, estiveram a cargo do saudoso Professor Doutor Mário Murteira e de mim próprio. Que saudades e boas recordações partilhámos durante tantos anos. Foi então que conhecemos o prestigiado Economista brasileiro Ladislau Dowbor, que foi o mais próximo e permanente colaborador estrangeiro do governo da Guiné-Bissau.

As nossas actividades iniciais estiveram centradas na organização e capacitação do Commissariado (posteriormente transformado em Ministério da Coordenação Económica, Plano e Cooperação Internacional) e na elaboração do 1º Plano Nacional de Desenvolvimento. Por essa altura, também a designação da revista muda para “Economia e Sociedade”. Não sendo, naturalmente, possível continuar a prestar serviços de assistência técnica e consultoria sob a égide de uma empresa editora, foi criado o Centro de Estudos Economia e Sociedade (“CESO”). Mudanças que são verdadeiros “sinais dos tempos”.

Tive o inesquecível privilégio de viver, por dentro e em directo, estes factos e estas mudanças. Posso, portanto, afirmar que o CESO nasceu na Guiné-Bissau e foi aqui onde teve a sua infância. Estamos aqui há quase 4 décadas, ainda que o primeiro contrato formal remonte a 1979. De então para cá, tivemos a honra de realizar para o Governo da Guiné-Bissau cerca de 40 projectos e de publicar mais de 25 artigos e livros sobre o país nas diversas actividades editoriais que temos implementado, desde os anos 70. Vimos e ficámos. Nos bons e maus momentos. Nestas quase 4 décadas tivemos oportunidade de dar o nosso contributo na quase totalidade dos vários domínios da vida económica da Guiné-Bissau.

Da organização e gestão do Sistema de Planeamento à elaboração de Planos Nacionais de Desenvolvimento. Da política e gestão de infraestruturas (PASI - Programa de Auxílio Social e Infraestrutural) e transportes à organização do sector rodoviário e do respectivo fundo. Da reforma da Administração Pública e reorganização de vários ministérios à assistência técnica à Câmara Municipal de Bissau.

Da formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento de recursos humanos à concepção e realização de múltiplas acções de formação e capacitação de quadros e técnicos. Da elaboração e implementação do plano nacional de desenvolvimento sanitário à formulação de políticas



nacionais de habitação ou de educação. Da avaliação da cooperação técnica (exercício “natcap”/pnud) à elaboração de diversos estudos de viabilidade e de reorganização de empresas.

Da assistência técnica ao Banco Nacional da Guiné-Bissau à auditoria da dívida interna da Guiné-Bissau. Na nossa actividade editorial, a Guiné-Bissau tem um lugar à parte. Nas revistas que editámos foram muitas as reflexões e artigos sobre a história e realidade económica e social do país.

Entre os autores publicados refiram-se: Vasco Cabral, Carlos Lopes, Mário Murteira, Luis Moita, Ladislau Dowbor, Américo Ramos dos Santos, Marcos Arruda, Aurora Murteira e Elvira Hugon

A nossa presença na Guiné-Bissau tem sido orientada para a celebração de parcerias com entidades nacionais, tal como acontece noutros países.

Foi o caso da parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP). Desta parceria emergiu, nomeadamente, uma publicação de referência internacional, cuja edição muito nos honra.

Refiro o livro que editámos em 1988, da autoria do Doutor Carlos Lopes, actual Secretário-Executivo da Comissão Económica para a África (ONU), com o título “Para uma leitura sociológica da Guiné-Bissau”. O reputado economista Samir Amin redigiu o prefácio.

Até hoje, a empresa CESO desenvolveu actividade em 109 países e concretizou cerca de 5 centenas de projectos, sendo, presentemente, a nível internacional, a mais relevante e conhecida empresa portuguesa de consultoria, na sua área. Mas tudo começou na Guiné-Bissau.

A concluir permitam-me um testemunho pessoal. A primeira vez que estive em África foi precisamente, em setembro de 1976, na Guiné-Bissau.

Quando iniciei o percurso do aeroporto para a cidade, tive a sensação estranha de antes já aqui ter estado antes. Nunca mais esta sensação me abandonou.

Assim iníciei a minha actividade de consultoria em África. De então para cá, em quase todos anos, regressei a África, minha confirmada terra-mãe. Tenho o priviégio de conhecer quase 50 países. Mas a Guiné-Bissau foi o primeiro em África. Vivi aqui alguns momentos da minha vida que nunca esquecerei. O mesmo aconteceu com o grande amigo Mário Murteira, como se pode constatar em alguns dos seus livros.

Aqui trabalhei e conheci amigos guineenses: De Vasco Cabral a Bartolomeu Pereira. De Carlos Lopes a Avito da Silva. E aqui passei momentos com amigos de outras paragens e que estão na minha memória para sempre. De Mário Murteira a Ladislau Dowbor. De Luis Moita a Gerard Gie. De Aurora Murteira a Elvira Hugon. De Vitor Martins a Ivo Pinho. De Vicente Calixto a António Oliveira das Neves. De Dias Nogueira a Ilídio Lourenço.

A CESO lançou, dando concretização aos princípios que regem a sua actuação, uma iniciativa, a que chamou "Projecto Boomerang". Esta iniciativa pretende fazer reverter, logo que estejam reunidas as necessárias condições, para as instituições e populações onde trabalha, o conhecimento e a informação que recolhe e produz nos vários projectos que realiza.

Pelo que fica dito, é com muito orgulho e honra, que entregamos ao Governo da República da Guiné-Bissau este nosso primeiro "Boomerang"

São mais de centena e meia de documentos e milhares de páginas. Alguns poderão ter desaparecido ou sido destruídos pelo tempo ou pelos conflitos que têm massacrado a bela terra guineense.

Missão cumprida

Bissau, 1 de Julho de 2015

Prof. Doutor Américo Ramos dos Santos

A handwritten signature in black ink, consisting of the initials 'AR' followed by a stylized, cursive name that appears to be 'Américo Ramos dos Santos'.

(Presidente do Conselho de Administração da CESO)



***“Vivi aqui alguns momentos
da minha vida que nunca
esquecerei.”***

1

“Projecto Boomerang”

O projecto “Boomerang” é uma iniciativa da CESO que traduz a nossa abordagem à consultoria para o desenvolvimento: somos, desde sempre, uma instituição orientada para a produção e transferência de conhecimento. E o conhecimento que produzimos e transferimos não é propriedade da CESO, dos profissionais que nela trabalham ou que com ela colaboram. É propriedade de quem nos honra com a sua confiança nas nossas competências, profissionalismo e sentido de responsabilidade. A nossa obrigação é preservar este conhecimento, valorizá-lo, nunca guardá-lo com o intuito de dele retirar proveito.



Ao longo da nossa história, feita de meio milhar de projectos executados em mais de uma centena de países espalhados pelo mundo, temos tido a oportunidade de trabalhar com instituições públicas e privadas com um leque muito diversificado de responsabilidades. Muitas delas, beneficiárias de décadas de programas e projectos com financiamento internacional. Contudo, quando procuramos identificar o conhecimento produzido por esses programas e projectos deparamo-nos com um vazio incómodo. Estudos, manuais, documentos de referência, relatórios... pouco fica preservado nas instituições que beneficiam de projectos de apoio ao desenvolvimento. A fragilidade das instituições beneficiárias, aliada à ausência de uma política clara de gestão do conhecimento por parte dos principais parceiros do desenvolvimento ajudam a explicar este estado de coisas.

A CESO, ao longo de mais de três décadas de história, manteve, sempre, um sentido de responsabilidade social da sua actividade. Não trabalhamos num segmento “normal” de prestação de serviços. Trabalhamos na construção de um mundo melhor, em que todos possam ter acesso a oportunidades, no mínimo, semelhantes. Estamos conscientes da responsabilidade social, profissional, ética que sobre nós recai enquanto agentes da consultoria para o desenvolvimento.

O projecto “Boomerang” decorre do sentido ético que conferimos à nossa acção. A CESO procura evitar o frequente esvaziamento e ineficácia do conhecimento que é gerado e pago pelos Países e Instituições Internacionais com os quais e nos quais trabalhamos. Iniciámos um processo de sistematização do nosso património técnico, visando a sua progressiva reversão aos nossos clientes e parceiros.

A Guiné-Bissau é o primeiro parceiro que receberá o património de 35 anos de trabalho da CESO desenvolvido no País. De entre os documentos, relatórios, manuais que devolvemos ao Governo da Guiné encontramos material com interesse histórico e técnico. São peças que ajudam a perceber a História do País mas que também poderão ser úteis na formulação do seu futuro.

E porquê a Guiné-Bissau? Porque a CESO deve muito à Guiné-Bissau. As fundações da CESO são lançadas, entre o final da década de 70 e o início da década de 80, na Guiné-Bissau. É de elementar justiça que iniciemos este processo de sistematização e devolução do nosso património técnico pelo país que acarinhou o nosso início. Mas outros países, igualmente importantes na história da CESO, se seguirão...



Os Projectos
contam a História



(1976) No Berço da Independência nascia um olhar sobre a Guiné-Bissau

Em 1976, logo após a independência da Guiné Bissau, a CESO produzia os primeiros trabalhos sobre a República. A data, enquadrados num projecto editorial movido pela preocupação central de “contribuir para a reflexão dos Portugueses sobre aquele teatro mais amplo de luta pela libertação do homem, muito particularmente na dimensão progressista e anti-imperialista, que irrompeu nas ex-colónias portuguesas, e tantas ameaças e pressões externas de frente, apenas vencidas as primeiras fases da conquista da real independência política e económica”. Inspirados por esta convicção, um grupo de pensadores livres procurava convergências e divergências que servissem o aprofundamento da consciência progressista do processo português.

No seio do Centro de Estudos evoluiu assim a revista e edições Economia e Socialismo, mais tarde Economia e Sociedade, e com elas, entre 1976 e 1988, seriam publicados vários artigos que procuravam olhar e aprender com o desenvolvimento da recente Nação. Refira-se ainda o Boletim África Económica que tinha como objectivo contribuir para um melhor conhecimento em Portugal da realidade e evolução económica dos países africanos.

1979-1988 Nos Caminhos de Planeamento

Sob o olhar atento surgia, em 1979, a primeira colaboração da CESO com a República da Guiné-Bissau. No País empenhavam-se esforços na organização das estruturas e instituições em prol de um futuro de desenvolvimento: com eles davam-se importantes passos na criação de um sistema de planeamento ao serviço dos interesses nacionais.

Sobre este processo viria a testemunhar Elvira Hugon no seu artigo *Guiné-Bissau: um passo em frente nos caminhos do planeamento*: “ao nível dos funcionários da Administração e particularmente dos que estavam ligados à estruturação do sistema de planeamento as carências eram significativas. A ausência quase total de formação e de experiência em matéria de planeamento era, entre outros factores, um bloqueio à organização do aparelho de planeamento. Ao nível central, o Comissariado de Estado para a Coordenação Económica e Plano, criado em 1976, a peça mais operacional que em termos de planeamento existia, encontrava-se carecida de meios técnicos, facto tanto mais grave quanto se pensava num indispensável reforço gradual da sua capacidade de intervenção em simultâneo com a constituição dos primeiros embriões das unidades sectoriais e regionais de planeamento. A capacitação dos quadros para garantir a continuidade dos trabalhos, que entretanto se iam desenvolvendo, constituía assim uma preocupação central no processo de organização do sistema de planeamento e coordenação económica.



Em 1979 o Comissariado do Plano dispunha apenas de 60 quadros nacionais cujo nível de formação não ia além dos 5 anos de estudo. A realização de alguns seminários especializados em domínios tais como a avaliação de projectos e do comércio internacional tinham-se revelado de interesse relativo por insuficiência de pré- formação.

Numa perspectiva de compatibilizar a organização e implementação de esquemas de formação rápida – uma vez que os trabalhos de planeamento programados não se coadunavam com as acções de formação e longa duração que entretanto decorriam no exterior, nem com as deficiências na formação de base já assinaladas – o órgão central do planeamento promoveu em 1979-80 a realização de um curso de introdução ao planeamento económico. Em 1981 esta acção viria a repetir-se sob a égide conjunta do Ministério da Coordenação Económica e do Instituto Técnico de Formação Profissional (...).

Dirigidos aos que, não tendo curso superior, essencialmente com o 7º ano de liceu, ou já estavam a trabalhar nos diferentes ministérios ou neles iriam ingressar ao nível da orgânica de planeamento estes cursos assentaram num conjunto de princípios e objectivos que cabe aqui explicitar.

Por um lado, pretendia-se desenvolver e reforçar a actividade do planeamento através do aumento quantitativo e melhoria qualitativa dos quadros nacionais colocados nos diferentes níveis da orgânica de planeamento. As carências faziam-se sentir ao nível médio. Era necessário dotar esses quadros técnicos de uma formação correspondente às exigências teóricas e práticas do desenvolvimento corrente das rotinas e actividades próprias do sistema de planeamento.”
(Elvira Hugon in Revista Economia e Socialismo, N.º 60, 1984)

I Curso de Introdução ao Planeamento 1979-80/81

"O I Curso de Introdução ao Planeamento com uma duração de cerca de 400 horas desenvolvidas em duas edições - a primeira entre Outubro de 1979 e Janeiro de 1980 e a segunda em 1981 - abrangeu um conjunto de disciplinas de carácter geral destinadas à introdução dos conhecimentos e instrumentos de base indispensáveis ao Planeamento - Economia Política do Desenvolvimento, Introdução à Estatística e à Contabilidade Nacional, Planeamento Económico, Introdução à Avaliação de Projectos, Finanças Públicas e Planeamento Regional. Um segundo bloco de disciplinas visava aprofundamentos específicos nas áreas do planeamento agrícola, industrial e social." (Elvira Hugon in Revista Economia e Socialismo, N.º 60, 1984).

A iniciativa seria retomada 3 anos mais tarde com o II Curso de Introdução ao Planeamento e novas edições dirigidas a agentes auxiliares de planeamento.

II Curso de Introdução ao Planeamento 1984-85/1987

Curso de Formação para Agentes Auxiliares de Planeamento 1984-85/1987

Aproximando-se o fim da vigência do Plano Nacional de Desenvolvimento 1983-86, elaborado já no quadro de uma orgânica de planeamento estabelecida em 1981, haveria que desencadear os trabalhos preparatórios para o Plano sucessor.

Estratégias de Desenvolvimento e Técnicas de Planeamento Económico

1985

Aproveitando a vinda de um grupo de economistas portugueses da CESO com o objectivo de formar agentes auxiliares de planeamento no seio do Ministério da Coordenação económica, Plano e Cooperação Internacional, o Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, INEP, levou a cabo com o apoio do referido Ministério, um ciclo de conferências sobre “Estratégias de Desenvolvimento e Técnicas de Planificação Económica”, cujos textos de base foram publicados conjuntamente com a CESO.

Seminário Relações Económicas e Comerciais com os PALOP

1985

Organizado pela primeira vez em Portugal, o Seminário constituiu uma base satisfatória de informação geral sobre a realidade económica dos países em causa e as suas relações económicas e comerciais com Portugal.

Assistência Técnica ao Ministério do Plano

1987

Foi neste contexto que, em 1987, na senda das iniciativas de reforço das estruturas de planeamento que se vinha desenvolvendo na última década, a convite da ATREE-Atelier de Réalisations et d'Etudes Economiques, a CESO retomava a colaboração com o Ministério do Plano (Direcção Geral do Plano). Enquadrada na Assistência Técnica financiada pela CEE (Fundo Europeu de Desenvolvimento) - Assistência Técnica ao Ministério do Plano - cujo objectivo era o de apoiar a Direcção Geral do Plano na elaboração do II Plano de Desenvolvimento (1988-91) e prosseguir com a formação técnica e teórica dos técnicos de planeamento nacionais, a CESO colaborou na elaboração dos trabalhos sectoriais nas áreas das pescas e energia e de instrução, avaliação e processamento de projectos que preparariam a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento 1988-91.

1987 (-2009)

A Reconstrução das Infraestruturas

Em 1987 inicia-se uma nova etapa da colaboração entre a CESO e a Guiné-Bissau. O Governo, com o apoio do Banco Mundial, lança um ambicioso programa de desenvolvimento de infraestruturas. São construídas e reabilitadas estradas e pontes, são formados quadros e técnicos do sector e dinamiza-se um sector de construção civil e obras públicas de base nacional.

Esta etapa é marcada por dois projectos emblemáticos: o PASI e o PRI. O Programa de Auxílio Social e Infraestrutural (PASI), apresentado pelo Banco Mundial como um caso de sucesso na mitigação dos efeitos nefastos dos programas de ajustamento estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional em todo o Continente Africano. O PASI é um programa à frente do seu tempo, inspirado por metodologias de desenvolvimento comunitário, à época, ainda olhadas com alguma desconfiança pela tecnocracia.

O sucesso do PASI abre caminho para o Projecto de Reabilitação de Infraestruturas (PRI), igualmente financiado pelo Banco Mundial, compreendendo uma Unidade de Gestão, um Gabinete Técnico e uma Unidade de Coordenação dos Transportes. O PRI e as diferentes assistências técnicas à implementação do mesmo, baseavam-se numa abordagem que viria, também ela, a fazer escola. Reduzidas equipas de técnicos expatriados (onde pontificavam técnicos portugueses, brasileiros, franceses, suíços, senegaleses) trabalhavam com equipas de quadros nacionais, remuneradas com recursos do próprio projecto. Esta abordagem permitiu formar uma elite de quadros guineenses que beneficiavam da experiência e conhecimento das equipas de técnicos da CESO, do contacto com o nível de exigência de organizações multilaterais e de condições de trabalho ímpares no país.

Dos projectos desenvolvidos pela CESO, neste domínio e ao longo, em particular, das décadas de 80 e 90 ressaltam algumas recomendações para a acção:

- O envolvimento das comunidades na definição das intervenções, com respeito pelos seus pontos de vista, cultura e tradições;
- A participação de quadros nacionais nas equipas de assistência técnica;
- A construção de uma base de conhecimento sobre os sectores das infraestruturas e transportes, sua situação e necessidades;
- Uma forte interligação entre os projectos e o sector empresarial, numa filosofia de dinamização da actividade económica e de geração de emprego.

Ensinarmentos, certamente, interessantes para a nova etapa de reconstrução nacional que a Guiné-Bissau enfrenta.

Assistência Técnica ao Ministério do Equipamento Social

1987

Dentro da tradição de transferência de conhecimento que norteou a colaboração da CESO com instituições nacionais, o projecto visava reforçar a capacidade técnica da Secretaria-Geral nas componentes administrativa e financeira, tendo sido realizado um diagnóstico organizacional a partir do qual foi deduzido um novo organigrama do Ministério e preparados manuais operacionais para as diferentes áreas de trabalho da instituição.

Assistência Técnica à Secretaria de Estado dos Transportes

1987

Em meados dos anos 80 era ainda escassa a informação de caracterização do sector dos transportes na Guiné-Bissau. A CESO é contratada pelo Banco Mundial para realizar um diagnóstico das necessidades do sector dos transportes, quantificação dos investimentos necessários e perspectivas de desenvolvimento das empresas do sector. Iniciava-se a construção de uma base de conhecimento sobre o sector dos transportes na Guiné-Bissau.

Assistência Técnica ao Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria de Estado dos Transportes

1988

Esta base de conhecimento viria a permitir a elaboração de um plano sectorial, contendo a definição de uma política de desenvolvimento do sector dos transportes, estratégias e objectivos, produção de estatísticas, etc. Não deixa de ser curiosa a preocupação em apoiar o sector empresarial emergente, compreendendo o projecto uma componente que apoiou a elaboração de estudos de viabilidade de empresas do sector, a definição de contratos-programa com Empresas Públicas do sector, definição de incentivos à iniciativa privada no sector, regulamentação do sector rodoviário etc. A preocupação pela intervenção pública orientada para a produção de riqueza e geração de emprego constituindo uma das traves-mestras da acção da CESO na Guiné-Bissau.

Assessoria Técnica à Preparação do Programa de Auxílio Social e Infraestrutural (PASI)

1988–1989

O PASI surge como resposta ao Programa de Ajustamento Estrutural, visando minimizar as consequências sociais da aplicação das medidas de estabilização das finanças públicas. O PASI envolveu intervenções nos domínios da Saúde, Educação Re-inserção de Trabalhadores e Infraestruturas. A intervenção da CESO cingiu-se à identificação e formulação da componente, dedicadas à reabilitação de infraestruturas, saneamento básico, arruamentos urbanos, reparação e construção de instalações públicas.

Gabinete Técnico do Programa de Auxílio Social e Infraestrutural (PASI)

1989–1993

O GT/PASI constituiu um centro de excelência na gestão de obras públicas na Guiné Bissau, tendo assegurado a programação e execução de um elevado volume de obras e empreitadas espalhadas por todo o território nacional. Numa abordagem inovadora, o GT/PASI dispunha de uma célula de apoio ao desenvolvimento de empresas de construção civil, dinamizando um sector da economia nacional de elevada intensidade em mão-de-obra. O GT/PASI apoiou a constituição e lançamento de numerosas PME's de construção civil e obras públicas que viriam a executar muitas das empreitadas financiadas com recursos do Banco Mundial.



Assistência Técnica à Direcção-Geral de Estradas e Pontes do Ministério do Equipamento Social

1988-1989

Numa época de elevado investimento na construção e reabilitação de infraestruturas, a manutenção da rede viária constituía uma preocupação central, tendo em vista a desejada sustentabilidade da rede em construção à época. A CESO apoiou, através desta assistência técnica, um sistema de informação de gestão e acompanhamento das várias obras e sua respectiva fiscalização. Assinale-se que a CESO desenvolveu, no âmbito deste contrato, um plano geral de intervenção para a rede viária para o período compreendido entre 1988-2000.

Estudo de um Programa de Financiamento à Habitação para Funcionários Públicos

1988

Criar condições de trabalho atrativas para quadros nacionais do sector público constituía preocupação central da governação. É neste sentido que o Banco Nacional da Guiné-Bissau convida a CESO para criar um sistema de incentivos à fixação de quadros técnicos da Administração Pública, nomeadamente através de um programa de crédito à aquisição de habitação própria de funcionários dos principais organismos de administração pública.

Estudo de uma Política Nacional para o Sector da Habitação

1990

Habitação condigna para todos os Guineenses constituía uma aspiração nacional em prol da qual muito trabalharam os primeiros governos no período pós-independência. No início dos anos 90 a CESO colabora com o Ministério do Equipamento Social na formulação de uma política nacional para o sector, contemplada por um programa de capacitação dos quadros nacionais envolvidos, no processo de formulação da política, preocupação, desde sempre presente nas abordagens da CESO aos programas e projectos que lhe eram confiados na Guiné-Bissau.

Estudos sobre Formação e Promoção de Pessoal dos Sectores de Infraestruturas e Transportes

1988

A intervenção da CESO na Guiné-Bissau moveu-se, sempre, por princípios que obedeciam a convicções profundas sobre os caminhos de desenvolvimento do país. A aposta na qualificação dos quadros nacionais como vector central do processo de desenvolvimento do país constituía uma dessas convicções profundas. É neste sentido que, na década de 80, a CESO elabora para o Ministério do Equipamento Social um conjunto de estudos sobre formação e promoção do seu pessoal. Estes estudos virão, mais tarde, a basear toda uma linha de projectos com financiamento do Banco Mundial que apoiavam a integração de quadros nacionais nas equipas técnicas, partilhando experiências, gerando oportunidades de trabalho e criando uma vanguarda de técnicos guineenses qualificados. Foi uma aposta, à época, ganha.

Unidade de Coordenação do Projecto de Reabilitação de Infraestruturas (UCP/PRI)

1990-1994

O PRI constituiu um marco na história da CESO na Guiné-Bissau. Trata-se do mais ambicioso projecto de reposição da base infraestrutural do país, envolvendo a construção de estradas, manutenção rodoviária, programa habitacional, desenvolvimento do sector dos transportes e apoio à gestão urbana. A diversidade e multiplicidade das intervenções previstas conduziram à criação de uma UCP, responsável pelo cumprimento dos programas, acções e metas definidas em cada área de intervenção. Fiel à sua tradição na Guiné-Bissau, os consultores da CESO trabalham em estreita articulação com os seus homólogos nacionais, também eles remunerados através de recursos do projecto. A partir do terceiro ano de implementação do projecto, os homólogos nacionais assumem plenamente a gestão da UCP, com intervenções pontuais de consultores da CESO. O PRI constituiu uma verdadeira escola de formação de quadros e dirigentes do sector das infraestruturas.

Unidade de Coordenação dos Transportes do Projecto de Reabilitação de Infraestruturas

UCT/PRI
1990-1994

A UCT foi a entidade responsável por todas as intervenções no domínio dos transportes, prevista no âmbito do PRI. Envolveu uma multiplicidade de intervenções em diferentes sub-sectores, de natureza institucional e empresarial. Este projecto contribuiu com um importante acervo de documentação técnica em áreas a Meteorologia, Portos, Aeronáutica Civil, Transporte Urbano e de Passageiros, Transporte de Mercadorias Exames e Cartas de Condução, etc. Trata-se de uma intervenção intensiva em conhecimento, muito dele, certamente transviado e devolvido pela CESO às autoridades competentes da Guiné-Bissau.

Estudo de Viabilidade da Silô-Diata

1988

No final da década de 80, a CESO dispunha, já, de um conhecimento impar sobre o sector dos transportes na República da Guiné-Bissau. Sem surpresa, portanto, a CESO é seleccionada pela Secretaria de Estado dos Transportes e pelo Banco Mundial para proceder à avaliação da empresa pública de transporte rodoviário de passageiros e para propor medidas de reorganização interna que viabilizassem a empresa, nomeadamente a nível do sistema tarifário, soluções de manutenção, organização e gestão de pessoal, etc.

Gabinete Técnico do Projecto de Reabilitação de Infraestruturas (GT/PRI)

1990-1992

Se a Unidade de Coordenação dos Transportes coordenava todas as intervenções previstas no Projecto de Reabilitação de Infraestruturas no âmbito do sector dos transportes, o GT/PRI coordenava as empreitadas e acções de fiscalização previstas no quadro do programa rodoviário (construção e manutenção de estradas asfaltadas e de terra). O GT/PRI funcionou, inicialmente, com uma equipa de consultores residentes da CESO que apoiaram a definição de todos os procedimentos administrativos, técnicos, financeiros e contratuais de gestão de obras e empreitadas. Esta equipa de consultores da CESO contava com o apoio de uma equipa de quadros nacionais que, posteriormente, assumiram a plena gestão do Gabinete.

Assistência Técnica à Direcção-Geral da Habitação e Urbanismo e à Câmara Municipal de Bissau

1991-1992

Igualmente enquadrado no Projecto de Reabilitação de Infraestruturas (PRI), este projecto assegurava a implementação das acções previstas no domínio da gestão urbana, com especial ênfase nas questões ligadas à habitação e obras públicas. O projecto envolveu a mobilização de duas equipas de consultores CESO colocados em cada uma das instituições com a responsabilidade de definir planos de acção que assegurassem a obtenção dos objectivos do PRI em matéria de gestão urbana.

Definição dos Critérios de Atribuição dos Lotes de Antula

1989

O PASI e o PRI previam um conjunto de intervenções na zona de Antula. A CESO apoiou o Ministério do Equipamento Social na definição de critérios e do regulamento que aplicava os mesmos em matéria de atribuição dos referidos lotes que iriam, posteriormente, receber intervenções ao abrigo do PASI e PRI.



Assessoria à Elaboração do Plano Director de Bissau 1990

A iniciativa constitui a primeira tentativa de lançar no País um processo de planeamento urbano com bases sólidas e apoiado num modelo metodológico consistente.

Análise Económica e Social do Programa de Auxílio Social e Infraestrutural (PASL) 1993-1994

Um ciclo encerra-se. A CESO, que tinha apoiado a formulação e implementação do PASL, era agora convidada para proceder à avaliação do impacto económico e social do programa. O PASL foi considerado, pelo Banco Mundial e pelo Governo da Guiné-Bissau, um caso de sucesso. O impacto social (através da disponibilização de infraestruturas junto de comunidades) e económico (dinamização de empresas de construção civil e obras públicas, geradoras de emprego e riqueza) são confirmados. O país entrava numa nova fase, as organizações multi-laterais apostavam numa nova geração de programas e a intervenção na CESO na Guiné-Bissau iria, também ela, transformar-se.

Avaliação Económica e Financeira do Projecto de Ajustamento Sectorial das Infraestruturas Rodoviárias e Urbanas (SECAL) 1995

O projecto SECAL (Projecto de Ajustamento Sectorial das Infraestruturas Rodoviárias e Urbanas) configurava uma nova tipologia de intervenções do Banco Mundial no domínio das infraestruturas e transportes. O capital de confiança e de reconhecimento acumulado ao longo de duas décadas de trabalho na Guiné-Bissau é reconhecido, quer pelas autoridades guineenses quer pelo Banco Mundial, sendo a CESO convidada para apoiar a identificação e formulação do novo programa de apoio ao desenvolvimento do sector das infraestruturas na Guiné-Bissau.

Estudos no Sector dos Transportes no quadro da Formulação do Projecto de Ajustamento Sectorial das Infraestruturas Rodoviárias e Urbanas

1994–1995

A formulação de projectos financiáveis pelo Banco Mundial envolve a realização de estudos sectoriais que permitam definir uma linha de base, a partir da qual se projectam metas e o impacto desejado da intervenção. A CESO realiza, em meados dos anos 90, os estudos de base que permitem caracterizar a situação de partida nos domínios da política tarifária e custos de operação das empresas de transportes, caracterização destas e identificação do parque automóvel em circulação.

Assistência Técnica ao Fundo Rodoviário

1994–1995

É também em meados da década de 90 que a CESO inicia uma colaboração que se revelará profícua e se prolongará, com algumas interrupções, até ao final da primeira década no novo milénio. Em 1995 a CESO apoia o processo de reorganização do Fundo Rodoviário, formulando um conjunto de propostas que visavam aumentar as receitas da instituição, tornar a sua gestão mais eficiente e eficaz.

Programa de Apoio Institucional ao Sector Rodoviário

2003

No início do milénio a generalidade das agências multilaterais tinha reduzido sensivelmente a sua actividade na Guiné-Bissau, em função da instabilidade que assolava o país. A União Europeia apoia um pequeno projecto no sector rodoviário em que a CESO participa em consórcio com uma empresa italiana. A intervenção centra-se na definição de Plano Director do Sistema de Transportes Rodoviários, enquanto, simultaneamente, são estudadas as alternativas de privatização da manutenção rodoviária.



Assistência Técnica ao Fundo de Conservação Rodoviária 2007-2009

Em 2007 a CESO regressa ao Fundo de Conservação Rodoviária, desta feita através de um projecto com financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento. O país procurava a estabilidade, num contexto de enormes dificuldades económicas e sociais. A manutenção da depauperada rede rodoviária afirma-se fundamental para a dinamização da actividade económica. A CESO propõe uma estrutura-padrão de recursos humanos para a instituição adequada à prossecução da sua missão, identifica necessidades de formação e define um plano para as superar e colabora na reformulação dos procedimentos administrativos, financeiros e contabilísticos.

1985 (-2014)

Desenvolvimento Sectorial

Em 1985 o apoio institucional era alargado aos sectores – a par do novo e intenso ciclo que, como antes se descreveu, a partir de 1987 viria intervir na reconstrução das infraestruturas. Esta evolução era um sinal claro de que o trabalho desenvolvido pela CESO tinha granjeado o reconhecimento das autoridades guineenses e parceiros multilaterais e bilaterais; e de que este capital de confiança aliado a um conhecimento do País (suas instituições e sociedade) que junto com ele foi crescendo, consolidavam a parceria com a República da Guiné Bissau.

Estudo de Viabilidade de uma Unidade de Transformação do Cajú

1985-1986

Em 1985, enquadrado neste novo ciclo, a CESO intervira na elaboração do estudo de viabilidade de um projecto de industrialização da Castanha de Cajú na Guiné-Bissau.

Exercício NATCAP (National and Technical Cooperation Assessments Programs)

1987

O exercício NATCAP é uma tentativa do PNUD assistir os países em vias de desenvolvimento na implementação de um programa de acção desenhado para incrementar a eficácia da Cooperação Técnica. Em 1987 a CESO apoiava a condução deste exercício na Guiné Bissau.



Assistência Técnica ao Banco Nacional da Guiné-Bissau

1987

Em 1987 iniciava a Assistência Técnica ao Banco Nacional da Guiné Bissau. Financiada pela Associação Internacional para o Desenvolvimento (Banco Mundial) a iniciativa nascia do acordo tripartido, denominado de "Grand Agreement", assinado em Washington em 1984.

O objectivo desse acordo foi o de elaborar e executar um projecto de cooperação entre os Governos dos Estados Unidos, de Portugal e da Guiné-Bissau, conducente ao desenvolvimento da República da Guiné Bissau, envolvendo, nomeadamente, a preparação e gestão de investimentos agro-industriais e a criação de um Fundo Experimental de Crédito junto do Banco Nacional da Guiné Bissau destinado a financiar pequenos projectos do sector agrícola privado bem como o comércio e indústria a ele ligados.

A colaboração da CESO contribuiu assim para a implementação do projecto de cooperação tripartido. Com o objectivo de assessorar o Banco Nacional da Guiné-Bissau em matéria de gestão do crédito ao investimento a intervenção da CESO apoiou a avaliação da rentabilidade económica, financeira e social dos projectos em estudo; a organização e aperfeiçoamento técnico-bancário dos Serviços de Desenvolvimento Económico do Banco Nacional da Guiné-Bissau (DESECO); o acompanhamento eficaz e controlo adequado da realização física e financeira dos projectos; e o apoio às autoridades bancárias nacionais nas áreas da organização e do aperfeiçoamento técnico e no esclarecimento da decisão para a tomada das opções fundamentais.

Preparação da Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento

1991

Os trabalhos centraram-se, essencialmente, na preparação de elementos para a elaboração do relatório sectorial sobre aspectos relativos à programação dos investimentos e das despesas de desenvolvimento do sector educativo.

Procurou-se, ainda, estimar o montante da contrapartida exigida nos projectos em execução ou programados para o sector e os custos "recorrentes" da expansão e melhoria qualitativa de ensino, associados a um possível cenário de evolução do sistema escolar

As linhas gerais do trabalho abrangeram a análise da evolução recente do sistema educativo, perspectivas de evolução até ao ano 2000 e programação dos investimentos e despesas de desenvolvimento para 1992-96.

Estudo de Reabilitação e Diagnóstico da Empresa Suinave

2003

Numa fase de relançamento da actividade económica procuravam-se novos caminhos para a dinamização do tecido empresarial nacional.

O objectivo geral deste projecto foi realizar um diagnóstico inicial da unidade, após a devastação causada pela guerra civil e de conceber um financiamento plano de investimento e técnicas a serem aplicadas, a fim de reiniciar as actividades da empresa e sua produção.

Assistência Técnica aos Ministérios da Economia, Finanças, Educação e Saúde

2003

Os acontecimentos de 1998/1999 infligiram uma forte penalização sobre as infraestruturas económicas e sociais do país, o que determinou o recurso ao suporte financeiro da comunidade de doadores, incluindo a Comissão Europeia, que estava a apoiar a implementação de uma facilidade de crédito do Fundo Monetário Internacional orientada para o crescimento e para a redução da pobreza. Este apoio concretizou-se no reforço institucional do Ministério da Economia e Finanças - para realizar uma melhor gestão das finanças públicas, em particular um maior rigor, transparência e controlo do ciclo orçamental -, mas também dos Ministérios da Educação e da Saúde - para que conseguissem efectuar uma gestão eficaz e eficiente dos recursos colocados à sua disposição - em dois dos sectores centrais para a redução da pobreza, a educação e a saúde.

Foi neste quadro que, em 2002/2003, surgiu a Assistência Técnica ao Programa de Apoio às Reformas Económicas I, cujo trabalho envolveu, designadamente, a melhoria do circuito orçamental, a preparação de textos de base sobre as finanças públicas de acordo com as directivas da UEMOA, a adaptação dos circuitos orçamentais às normas e procedimentos da UEMOA, a formação dos quadros nos novos procedimentos ou a implementação de um sistema de informação sobre o estado da execução orçamental e a sua ligação aos resultados em matéria de melhoria dos serviços de base.

Assistência Técnica à Gestão Técnica e Financeira do Projecto de Apoio ao PNDS – Projecto Saúde II 2004-2006

Na sequência da Mesa Redonda Sectorial de 1997, um ano mais tarde arrancava o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS), que procurava melhorar o estado de saúde da população guineense, em particular da saúde materno-infantil, através do reforço do Sistema Nacional de Saúde (SNS), para responder às necessidades gerais e específicas de cada região. O Governo procurava, dessa forma, assegurar cuidados de saúde de qualidade (globais, contínuos e integrados) de acesso universal, através de um sistema de serviços de primeiro contacto e de centros de referência, melhorar a eficiência, a eficácia e a transparência da gestão e distribuição dos recursos financeiros e materiais, melhorar a qualidade, a eficácia e a distribuição dos recursos humanos, promover a saúde através da colaboração intersectorial reforçada e da informação, educação e comunicação. Para tal contou, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento e do Banco Mundial. Tratou-se do primeiro exercício nacional de planeamento estratégico no sector da saúde, assumindo um papel de charneira no processo de melhoria contínua das actividades do sector.

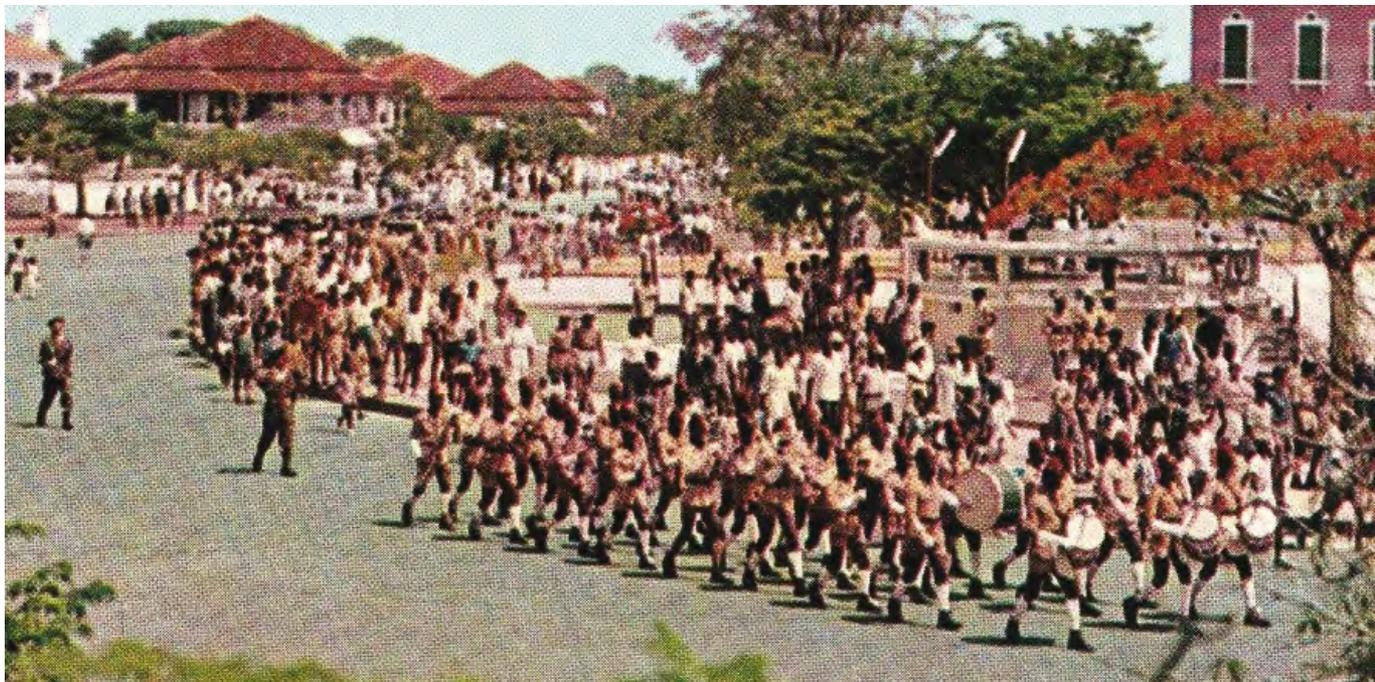
A Assistência Técnica à Gestão Técnica e Financeira do Projecto de Apoio ao Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário surgiu em 2004, no âmbito da contribuição do Banco Africano de Desenvolvimento. Entre outras tarefas, a assistência técnica realizou diversas actividades de apoio à gestão, elaborou estudos arquitectónicos e técnicos, colaborou na elaboração e implementação de procedimentos e regras de funcionamento operacional e financeiro, apoiou o lançamento de concursos para aquisição de equipamentos e obras de construção e reabilitação de infraestruturas sanitárias de base ao nível do sector autónomo de Bissau, das regiões sanitárias e do Hospital Nacional Simão Mendes, apoiou o reforço de sistemas de gestão e de manutenção ao nível das estruturas em geral e do Hospital Nacional Simão Mendes em particular, assegurou a formação do pessoal responsável pela gestão do projecto.



Reforço das Capacidades da Administração Pública 2006

A década de 2000 foi marcada por uma forte aposta no lançamento de reformas estruturais na Guiné-Bissau, fundadas na necessidade de reestruturar a administração pública. Foram assim conduzidos exercícios de recenseamento dos funcionários e actualizadas várias leis orgânicas dos ministérios, mas faltava um plano de acção global que fornecesse uma orientação estratégica para a reforma da administração pública.

Entre os vários doadores que se associaram a essa iniciativa, o Banco Africano de Desenvolvimento procurou retomar diagnósticos já conduzidos e apoiar a realização de um exercício amplo de planeamento estratégico, complementado por um plano de acções prioritárias a implementar no curto prazo. A Assistência Técnica para a Realização do Estudo de Diagnóstico e Plano Estratégico e Operacional de Modernização da Administração Pública da Guiné-Bissau surgiu neste contexto, tendo o trabalho realizado durante o ano de 2006 envolvido uma reflexão sobre a dimensão da administração pública, pela identificação das missões públicas, pela elaboração de um plano de acção estratégica para a reforma e de um quadro operacional para a reestruturação da administração económica e financeira e para o reforço das suas capacidades. Este plano envolveu, igualmente, a definição de uma abordagem específica à formação e valorização dos quadros da administração pública, incluindo a proposta de criação de uma Escola Nacional de Administração.



Estudo do Impacto de um Acordo de Parceria Económica na Guiné–Bissau 2006

Enquanto signatária do Acordo de Cotonu e membro do grupo ACP, a Guiné–Bissau foi convidada a participar nas negociações do Acordo de Parceria Económica (APE) realizadas entre a CEDEAO e a União Europeia. No âmbito da preparação das negociações, o país quis avaliar as implicações potenciais do APE no seu contexto actual, de modo a determinar a melhor estratégia de negociações e a definir as políticas a implementar, bem como outras medidas de formação destinadas às instituições públicas e aos actores não estatais directamente interessados no processo de negociação do APE. O Estudo do Impacto de um Acordo de Parceria Económica na Guiné–Bissau surgiu com este propósito, tendo envolvido uma análise da capacidade produtiva do país, dos produtos nacionais com potencial de exportação e das parcerias potenciais para explorar as potencialidades dos sectores do cajú e do algodão; procedeu-se, também, à determinação do impacto económico e fiscal e dos custos de ajustamento decorrentes do APE, bem como à identificação das medidas de minimização de tais custos. Finalmente, foi prestado um aconselhamento sobre criação de uma unidade de acompanhamento das negociações e foram realizados vários seminários de sensibilização sobre o tema.

Avaliação das Necessidades de Comércio e de Assistência Técnica ligada ao Comércio na Guiné–Bissau 2007–2008

Enquanto membro de três várias instituições e acordos comerciais regionais e multilaterais – designadamente a UEMOA, a CEDEAO, a OMC e o Acordo de Cotonu (mais recentemente também o APE com a União Europeia) – a Guiné–Bissau tem beneficiado relativamente pouco das oportunidades de comércio internacional. Para além dos obstáculos infraestruturais e burocráticos, a capacidade de participar em negociações internacionais, bem como de formular e implementar políticas comerciais é relativamente reduzida.

Em 2007, com o apoio do programa europeu TradeCom, realizou-se uma Avaliação das Necessidades de Comércio e de Assistência Técnica ligada ao Comércio na Guiné–Bissau, precisamente com o intuito de analisar os obstáculos à integração da Guiné–Bissau no sistema comercial internacional e de propor uma estratégia para ultrapassar tais obstáculos, bem como um plano de acção com a ordenação das várias prioridades de intervenção e o reforço das capacidades do país no domínio do comércio. Foram, ainda, produzidas recomendações sobre a integração das estratégias e políticas comerciais na estratégia de redução da pobreza e elaborada uma matriz de projectos de assistência ligada ao comércio.

Assistência Técnica para a Criação de uma Unidade de Gestão do Programa No *Pintcha pa Dizinvovimentu* 2012–2014

Os Actores Não Estatais (ANE), em particular as Organizações Não Governamentais (ONG) desempenham um papel fundamental no processo de consolidação da boa governação a nível local, já que intervêm, muitas vezes, em contextos e locais afastados da presença e visibilidade do Estado, constituindo um apoio importante à resolução de problemas das comunidades. Estes ANE deparam-se, frequentemente com problemas internos – relacionados com a fragilidade dos seus recursos humanos e a falta de infraestruturas e equipamentos, e com capacidades organizacionais e operacionais limitadas – e com problemas externos – nomeadamente a falta de capacidade de diálogo e concertação com outros actores (o Estado, os parceiros de desenvolvimento e outras organizações) e a dificuldade em assegurar a sua sustentabilidade financeira (diversificando fontes de financiamento).

Tendo presente este contexto, ainda na década de 2000, a União Europeia apoiou a sociedade civil da Guiné-Bissau através do projecto “Nô Na Tisi No Futuro”. O sucesso desta intervenção permitiu iniciar uma Assistência Técnica, em 2011, para apoiar a implementação do programa “*No Pintcha pa Dizinvovimentu*” (e que prossegue aos dias de hoje), concretizando-se no apoio institucional aos ANE – de modo a que estes melhorem a sua organização interna e a sua capacidade de conceber acções de desenvolvimento e de dialogar sobre as políticas de desenvolvimento; mas, também, para que seja possível uma melhor difusão dos temas essenciais e da qualidade da informação sobre a actualidade socioeconómica e política do país nos *media* – e no financiamento de acções – contribuindo para a consolidação das capacidades operacionais dos ANE na implementação de microprojectos no domínio socioeconómico e de informação.



Assistência Técnica à Direcção Geral de Viação e Transportes Terrestres 2013-2014

A reestruturação institucional foi-se estendendo, entretanto, aos vários sectores, de acordo com as prioridades entretanto definidas.

Essencial para a regulação dos transportes terrestres, com um papel central na circulação de pessoas e bens a nível nacional e no espaço regional da UEMOA em que a Guiné-Bissau se insere, a Direcção Geral de Viação e Transportes Terrestres (DGVTT) requeria um apoio específico para fazer frente a problemas de funcionamento que colocavam em causa o cumprimento da sua missão, quer ao nível da sua orientação estratégica e do seu funcionamento operacional (incluindo a realização de inspecções e de fiscalizações, e a cobrança e entrega de receitas ao Tesouro), quer em relação à actualização do quadro regulamentar do transporte rodoviário e à transposição das directivas aplicáveis da UEMOA (nomeadamente, o código da estrada, o regulamento do transporte automóvel, o regulamento das inspecções dos veículos e outras normas necessárias).

Particularmente activo no apoio à reabilitação e à melhoria da qualidade e do desempenho das infraestruturas dos sectores da energia, da água e rodoviário, o Banco Mundial apoiou, através do Projecto Multisectorial de Reabilitação das Infraestruturas (PMRI) a concretização de uma Assistência Técnica à DGVTT, que permitiu dar resposta àquelas preocupações. Em particular, esta assistência técnica visou melhorar o quadro institucional e regulamentar do sector rodoviário, de modo a que este conseguisse gerir melhor os seus recursos e assumir responsabilidade de planeamento, elaboração de políticas e regulamentação. Foram assim definidas linhas de orientação para o funcionamento da DGVTT a nível estratégico e operacional e actualizado o quadro legal regulamentar para os transportes terrestres.



1976 1984

REVISTA ECONOMIA
E SOCIALISMO

1985

II CURSO
DE INTRODUÇÃO
AO PLANEAMENTO
ESTRATÉGIAS
DE DESENVOLVIMENTO
E TÉCNICAS
DE PLANEAMENTO
ECONÓMICOSEMINÁRIO
RELAÇÕES
ECONÓMICAS
E COMERCIAIS
COM OS PALOP

1981

CURSO DE
INTRODUÇÃO AO
PLANEAMENTO

1986

1986

CURSO DE FORMAÇÃO
AGENTES AUXILIARES
DE PLANEAMENTOESTUDO DE VIABILIDADE
DE UMA UNIDADE DE
TRANSFORMAÇÃO DO CAJÚ

1987

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO
BANCO NACIONAL
DA GUINÉ BISSAU
EXERCÍCIO NATCAP
ASSISTÊNCIA TÉCNICA
AO MINISTÉRIO DO
EQUIPAMENTO SOCIAL
CURSO DE FORMAÇÃO
PARA AGENTES AUXILIARES DE
PLANEAMENTO
II PLANO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO
- TRABALHOS PREPARATÓRIOS
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO
MINISTÉRIO DO PLANO

1988

EDIÇÕES ECONOMIA E SOCIALISMO:
"DEPOIS DAS REVOLUÇÕES";
"PARA UMA LEITURA SOCIOLOGICA DA GUINÉ BISSAU"

"BOLETIM AFRICA ECONÓMICA"

1988

ESTUDO DA EMPRESA
SILÔ – DIATA
ESTUDO SOBRE FORMAÇÃO
E PROMOÇÃO DE PESSOAL
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO
GABINETE DE ESTUDOS
E PLANEAMENTO DA
SECRETARIA DE ESTADO
DOS TRANSPORTES
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO
GABINETE DE ESTUDOS
E PLANEAMENTO DA
SECRETARIA DE ESTADO
DOS TRANSPORTES
ESTUDO DE UM PROGRAMA
DE FINANCIAMENTO
À HABITAÇÃO PARA
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

1980

1989

ASSISTÊNCIA
TÉCNICA
À DIRECÇÃO-GERAL
DE ESTRADAS
E PONTES
DO MINISTÉRIO
DO EQUIPAMENTO
SOCIAL



Projectos realizados pela CESO na República da Guiné-Bissau

1990

PLANO DIRECTOR
DE BISSAU

PROGRAMA DE AJUDA SOCIAL
E INFRAESTRUTURAL
COMPONENTE INFRAESTRUTURAL
- GABINETE TÉCNICO (GT - PASI)

ESTUDO DE UMA POLÍTICA
NACIONAL PARA
O SECTOR DA HABITAÇÃO

1991

PREPARAÇÃO DA
"MESA REDONDA"
DOS PARCEIROS DE
DESENVOLVIMENTO

ASSISTÊNCIA
TÉCNICA À
DIRECÇÃO-GERAL DA
HABITAÇÃO
E URBANISMO E À
CÂMARA MUNICIPAL
DE BISSAU

1993

PROGRAMA DE
REABILITAÇÃO DE
INFRAESTRUTURAS
- UNIDADE
DE COORDENAÇÃO
DOS TRANSPORTES

1994

ASSISTÊNCIA
TÉCNICA AO FUNDO
RODOVIÁRIO

ANÁLISE
ECONÓMICA E SOCIAL
DO PROGRAMA DE
AUXÍLIO SOCIAL
E INFRAESTRUTURAL
(PASI)

1995

ESTUDOS NO SECTOR
DOS TRANSPORTES

AVALIAÇÃO
ECONÓMICA
E FINANCEIRA DO
PROJECTO SECAL

1990



2003

ASSISTÊNCIA TÉCNICA
AOS MINISTÉRIOS DA
ECONOMIA, FINANÇAS,
EDUCAÇÃO E SAÚDE

ESTUDO DE REABILITAÇÃO
E DIAGNÓSTICO
DA EMPRESA SUINAVE

PROGRAMA
INSTITUCIONAL DE APOIO
AO SECTOR RODOVIÁRIO

2007

2009

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO FUNDO
DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA

2007 2008

AVALIAÇÃO
DAS NECESSIDADES
DE COMÉRCIO
E DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
LIGADA AO COMÉRCIO

2013 2014

ASSISTÊNCIA TÉCNICA
À DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO
E TRANSPORTES TERRESTRES

2006

ESTUDO DE
DIAGNÓSTICO DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA
À GESTÃO TÉCNICA
E FINANCEIRA DO PROJECTO
DE APOIO AO PNDS
– PROJECTO SAÚDE II

ESTUDO DO IMPACTO
DE UM ACORDO DE
PARCERIA ECONÓMICA

2009

PROGRAMA
DE MANUTENÇÃO
RODOVIÁRIA
– ASSISTÊNCIA
TÉCNICA AO FUNDO
RODOVIÁRIO

2012

2014

ASSISTÊNCIA TÉCNICA
PARA A CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE
DE GESTÃO DO PROGRAMA
NO PINTCHA PA DIZINVOLVIMENTU

2008

AUDITORIA DA
DÍVIDA INTERNA
DA GUINÉ BISSAU

2000



DEVELOPMENT **CONSULTANTS**

Índice de Publicações

1. Revista Economia e Socialismo (10 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

1.1 A GUINÉ BISSAU EM FASE DE RECONSTRUÇÃO NACIONAL
*LUIS MOITA IN
REVISTA ECONOMIA E SOCIALISMO, Nº 3, 1976*

1.2 A NOVA VIA DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ BISSAU;
ENTREVISTA COM VASCO CABRAL, COMISSÁRIO DE ESTADO
DO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E DA PLANIFICAÇÃO
*MARCOS ARRUDA IN
REVISTA ECONOMIA E SOCIALISMO, Nº 21, 1977*

1.3 NOTAS SOBRE OS CONGRESSOS DO PAIGC E DO MPLA
*LUIS MOITA IN
REVISTA ECONOMIA E SOCIALISMO, Nº 23, 1978*

1.4 UMA EDUCAÇÃO CRIADORA PARA AS SOCIEDADES
AFRICANAS INDEPENDENTES
*MARCOS ARRUDA IN
REVISTA ECONOMIA E SOCIALISMO, Nº 30, 1978*

1.5 O DESENVOLVIMENTO DOS MENOS DESENVOLVIDOS;
REFLEXÕES SOBRE AS ECONOMIAS DA GUINÉ E CABO VERDE
*MÁRIO MURTEIRA IN
REVISTA ECONOMIA E SOCIALISMO, Nº 30, 1978*

1.6 GUINÉ BISSAU:
UM PASSO EM FRENTE NOS CAMINHOS DO PLANEAMENTO
*HELENA SPENCER E ELVIRA HUGON IN REVISTA
ECONOMIA E SOCIALISMO, Nº 51, 1980*

1.7 AMÍLCAR CABRAL,
PATRIMÓNIO DA HUMANIDADE PROGRESSISTA
*VASCO CABRAL IN
REVISTA ECONOMIA E SOCIALISMO, Nº 57-58, 1984*

1.8 AS RELAÇÕES NORTE-SUL:
UM QUADRO DE LUTA DECISIVO PARA O TERCEIRO MUNDO
*VASCO CABRAL IN
REVISTA ECONOMIA E SOCIALISMO, Nº 55, 1984*

1.9 ESTABILIZAÇÃO E SUBDESENVOLVIMENTO:
LIÇÕES DA GUINÉ BISSAU
*AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS IN
REVISTA ECONOMIA E SOCIALISMO, Nº 60, 1984*

1.10 FORMAÇÃO DE AGENTES DE PLANEAMENTO NA GUINÉ
ELVIRA HUGON Nº 60, 1984

2. Edições Economia e Socialismo (2 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

2.1 "AS ECONOMIAS DO MUNDO LUSÓFONO";
"O PAIGC E O FUTURO DA GUINÉ BISSAU";
"CUMÈRE OU O DEUS ARREPENDIDO"
*IN DEPOIS DAS REVOLUÇÕES, CRÓNICAS DE ECONOMIA
POLÍTICA, MÁRIO MURTEIRA PREFÁCIO DE PITEIRA
SANTOS, EDIÇÕES ECONOMIA E SOCIALISMO, 1986*

2.2 NOÇÕES DE POLÍTICA ECONÓMICA E FINANCEIRA
*MÁRIO BRANDÃO COMISSARIADO DE ESTADO
DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA E PLANO,
COMISSARIADO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NACIONAL*

3. Boletim África Económica (1 Publicação)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

3.1 BOLETIM AFRICA ECONÓMICA

4. I Curso de Introdução ao Planeamento (1 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

4.1 ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO
MÁRIO MURTEIRA, ALFREDO MARQUES, 1979/1980

4.2 INTRODUÇÃO AO PLANEAMENTO ECONÓMICO;
COMISSARIADO DE ESTADO DA COORDENAÇÃO
ECONÓMICA E PLANO
*COMISSARIADO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO NACIONAL,
VICTOR MARTINS, 1979/80*

4.3 NOÇÕES DE POLÍTICA ECONÓMICA E FINANCEIRA
MÁRIO BRANDÃO, 1979/80

4.4 PLANEAMENTO AGRÍCOLA
CARLOS CABRAL, 1979/1980

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

4.5 PLANEAMENTO INDUSTRIAL; INDUSTRIALIZAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
AURORA MURTEIRA, 1979/1980

4.6 INTRODUÇÃO AO PLANEAMENTO INDUSTRIAL (II)
AURORA MURTEIRA, 1979/1980

4.7 INTRODUÇÃO À ESTATÍSTICA
JORGE MOITA, 1981

4.8 INTRODUÇÃO À ANÁLISE DE PROJECTOS
JOSÉ MARIGUESA, 1981

4.9 PLANEAMENTO AGRÍCOLA
CARLOS CABRAL, 1981

4.10 PLANEAMENTO SOCIAL I
*MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA E PLANO;
INSTITUTO TÉCNICO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL,
AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS, 1981*

4.11 PLANEAMENTO SOCIAL II
*MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA E PLANO;
INSTITUTO TÉCNICO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL,
ELVIRA HUGON, 1981*

5.
II Curso de Introdução
ao Planeamento (6 Publicações)

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

5.1 CONTABILIDADE NACIONAL
*MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA,
PLANO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL,
CARVALHO PEREIRA, 1984-85*

5.2 CONTABILIDADE NACIONAL - EXERCÍCIOS
*MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA,
PLANO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL,
CARVALHO PEREIRA, 1984-85*

5.3 PLANEAMENTO AGRÍCOLA
*MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA,
PLANO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL,
ELVIRA HUGON, 1985*

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

5.4 PLANEAMENTO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
- TEXTOS DE APOIO
*MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA,
PLANO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL,
JOSÉ ANTÓNIO BARREIRO (COORD.), 1985*

5.5 PLANEAMENTO SOCIAL
*MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA,
PLANO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL,
ESMERALDA VIEIRA (COORD.), 1985*

5.6 CURSO INTRODUÇÃO PLANEAMENTO ECONÓMICO
FINANÇAS PÚBLICAS, 1987

6.
Curso de Formação para Agentes
Auxiliares de Planeamento
(6 Publicações)

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

6.1 CURSO DE INTRODUÇÃO
AO PLANEAMENTO ECONÓMICO
- PLANEAMENTO ECONÓMICO
*MINISTÉRIO DA COORDENAÇÃO ECONÓMICA,
PLANO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL,
ANTÓNIO BRANCO; VÍTOR MARTINS, (1984-85)*

6.2 PLANEAMENTO INDUSTRIAL E ENERGÉTICO
- TEXTOS DE APOIO
*AURORA MURTEIRA,
FERNANDA GONÇALVES, (COORD.), 1985*

6.3 PLANEAMENTO SOCIAL
- PLANEAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS
- TEXTOS DE APOIO
AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS, 1985

6.4 PLANEAMENTO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
- TEXTOS DE APOIO
RAÚL SARDINHA, 1987

6.5 ECONOMIAS AFRICANAS, COLECTÂNEA DE TEXTOS
*MÁRIO MURTEIRA, RENATO CARDOSO,
W.G. MARTIN E I. WALLERSTEIN, 1987*

6.6 ANEXO MANUSCRITO (S/D)

7. Estratégias de Desenvolvimento e Técnicas de Planeamento Económico (1 Publicação)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

7.1

ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E TÉCNICAS DE PLANEAMENTO ECONÓMICO
PREFÁCIO DO DR. BARTOLOMEU PEREIRA.
TEXTOS DE: AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS, AURORA MURTEIRA, ELVIRA HUGON, JOSÉ BARREIRO, MÁRIO MURTEIRA; LISBOA /BISSAU, 1985

8. Seminário Relações Económicas e Comerciais com os PALOP (2 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

8.1

SEMINÁRIO RELAÇÕES ECONÓMICAS E COMERCIAIS COM OS PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO OFICIAL PORTUGUESA; 1985

8.2

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES; 1985

9. Assistência Técnica ao Ministério do Plano (6 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

9.1

II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO / TRABALHOS PREPARATÓRIOS; MISSÃO PESCAS (RELATÓRIO FINAL)
GUSTAVO MIRANDA, 1987

9.2

II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO / TRABALHOS PREPARATÓRIOS; RELATÓRIO MISSÃO PESCAS
GUSTAVO MIRANDA, 1987

9.3

TRABALHOS PREPARATÓRIOS; RELATÓRIO DA MISSÃO ENERGIA
J.M. MELIM MENDES, 1987

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

9.4

SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJECTOS, RELATÓRIO TÉCNICO
MINISTÉRIO DO PLANO, AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS, JOÃO MENDES ESPADA, LUÍS CALADO, 1988

9.5

ASSISTÊNCIA TÉCNICA À DIRECÇÃO-GERAL DO PLANO (MINISTÉRIO DO PLANO), RELATÓRIO DE MISSÃO
AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS, JOÃO MENDES ESPADA, LUÍS CALADO, 1988

9.6

CAP. II, ANÁLISE SECTORIAL

10. Assistência Técnica ao Ministério do Equipamento Social (8 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

10.1

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL; 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL - PARTE II - DIAGNÓSTICO DA DIRECÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA GERAL E PROPOSTAS
ASSESSORIA À SECRETÁRIA-GERAL; C. DIAS, 1987

10.2

RAPPORT DESTINÉ AU MINISTÈRE DE L'EQUIPMENT SOCIAL. 1987

10.3

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL; 1º RELATÓRIO TRIMESTRAL - PARTE II - ORGANIZAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DA SECRETARIA-GERAL (VERSÃO CORRIGIDA)
ASSESSORIA À SECRETARIA-GERAL; VICENTE CALIXTO, 1987

10.4

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MES ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PESSOAL
2º RELATÓRIO TRIMESTRAL PARTE II
VICENTE CALIXTO, 1987

10.5

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL GUINÉ BISSAU; 3º RELATÓRIO TRIMESTRAL - PARTE II - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXPEDIENTE E ARQUIVO; RELATÓRIO DESTINADO AO MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL E AO BANCO MUNDIAL
VICENTE CALIXTO, 1987

10.6

"ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL (MES) GUINÉ BISSAU; 3º RELATÓRIO TRIMESTRAL - PARTE I - SÍNTESE", 1987

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

10.7

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL; 4º RELATÓRIO TRIMESTRAL - PARTE II - ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROVISIONAMENTO; RELATÓRIO DESTINADO AO MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL E AO BANCO MUNDIAL
AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS; ALFREDO SILVA; VICENTE CALIXTO, 1987

10.8

CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJECTOS DE ARQUITECTURA E ENGENHARIA: ANTEPROJETO DE ESTATUTOS
VICENTE CALIXTO, 1987

11.

Assistência Técnica à Secretaria de Estado dos Transportes (2 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

11.1

DOSSIER SOBRE PROJECTO INTEGRADO DE TRANSPORTES
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL - SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES; CARLOS CORREIA DA FONSECA, ROBERT STUSSI, ANA CRISTINA DOURADO, CARLOS PEREIRA, 1987

11.2

ANÁLISE DA SITUAÇÃO DAS EMPRESAS PÚBLICAS. DOSSIER SOBRE PROJECTO INTEGRADO DE TRANSPORTES
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL, SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES, 1987

12.

Assistência Técnica ao Gabinete de Estudos e Planeamento da Secretaria de Estado dos Transportes (7 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

12.1

II PLANO QUADRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL - TRABALHOS PREPARATÓRIOS; SECTOR DOS TRANSPORTES - RELATÓRIO Nº 1 (DOCUMENTO PROVISÓRIO)
ANÁLISE DO I PLANO QUADRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL; 1988

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

12.2

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DOS TRANSPORTES E INVESTIMENTOS DO SECTOR - VOL. 2 - ANEXOS
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES, 1988

12.3

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DO SECTOR DOS TRANSPORTES E INVESTIMENTOS DO SECTOR - VOL. 1 TEXTO; VOL. 2 ANEXOS; (VERSÃO PROVISÓRIA)
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES, 1988

12.4

DIAGNÓSTICO DO SECTOR DOS TRANSPORTES: INQUÉRITO ORIGEM/DESTINO - ANEXOS; SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES. ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, 1988

12.5

DIAGNÓSTICO DO SECTOR DOS TRANSPORTES: INQUÉRITO ORIGEM/DESTINO - ANEXOS; SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DE TRANSPORTES, 1988

12.6

ANEXO 1 B - NOTAS EXPLICATIVAS - PROJECTO PORTUÁRIO; (S/D)

12.7

ANEXO 2. FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DE PROJECTOS DOS PROJECTOS DO II PLANO QUADRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. A - FICHAS DE APOIO, MODELO SET (16 FICHAS);

13.

Gabinete Técnico do Programa de Auxílio Social e Infraestrutural (PASI) (4 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

13.1

PROGRAMA BASE - INFRAESTRUTURAS; DOSSIER 6 - PROGRAMAÇÃO DAS OBRAS - (PROVÍNCIAS LESTE), MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL, PROJECTO DE AUXÍLIO SOCIAL - INFRAESTRUTURAL, 1988

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

13.2

PROGRAMAÇÃO DAS OBRAS PREVISTAS
NA COMPONENTE DE INFRAESTRUTURAS
DO PROGRAMA DE AJUDA SOCIAL
E INFRAESTRUTURAL - PREPARAÇÃO
DA IMPLEMENTAÇÃO. BANCO MUNDIAL.
DOSSIER 6. PROGRAMAÇÃO DAS OBRAS (PAÍS);
*MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL,
PROGRAMA DE ACÇÃO SOCIAL E INFRAESTRUTURAL,
COMPONENTE DE INFRAESTRUTURAS, 1989*

13.3

PREPARAÇÃO DA IMPLEMENTAÇÃO,
DOSSIER 6, PROGRAMAÇÃO DAS OBRAS
(6.3. PROVÍNCIA LESTE), BANCO MUNDIAL
*MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL,
PROGRAMA DE ACÇÃO SOCIAL E INFRAESTRUTURAL,
COMPONENTE DE INFRAESTRUTURAS, 1989*

13.4

PROGRAMA BASE - INFRAESTRUTURAL;
DOSSIER 7 - (DIAGNÓSTICO DO SECTOR
DA CONSTRUÇÃO CIVIL), MINISTÉRIO
DO EQUIPAMENTO SOCIAL,
PROJECTO DE AUXÍLIO SOCIAL
- INFRAESTRUTURAS, 1988

14.

**Assistência Técnica à Direcção-Geral
de Estradas e Pontes do Ministério
do Equipamento Social**
(2 Publicações)

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

14.1

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO GABINETE ESTRADAS
E PONTES - DOSSIER SOBRE EMPRESAS
PÚBLICAS - RODOFLUVIAL
*MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL,
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES,
COORDENADORES: CARLOS CORREIA DA FONSECA,
ROBERT STUSSI; CONSULTORES: ANA CRISTINA
DOURADO, A. CAVALHEIRO DIAS, J. PAISANA, 1988*

14.2

ORGANIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO
DOS TRANSPORTES E SISTEMAS
DE INFORMAÇÃO GABINETE DE ESTRADAS E PONTES;
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES, 1988

15.

**Estudo de uma Política Nacional
para o Sector da Habitação**
(3 Publicações)

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

15.1

VOL. I. ESTUDO DE UMA POLÍTICA NACIONAL
PARA O SECTOR DA HABITAÇÃO, RELATÓRIO FINAL;
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
CONSTRUÇÕES E URBANISMO,
DIRECÇÃO GERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO, 1990

15.2

VOL. III. ESTUDO DE UMA POLÍTICA NACIONAL
PARA O SECTOR DA HABITAÇÃO, RELATÓRIO FINAL;
*MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
CONSTRUÇÕES E URBANISMO;
DIRECÇÃO GERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO 1990*

15.3

VOL. II. ESTUDO DE UMA POLÍTICA NACIONAL
PARA O SECTOR DA HABITAÇÃO, RELATÓRIO FINAL
*MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
CONSTRUÇÕES E URBANISMO;
DIRECÇÃO GERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO 1990*

16.

**Estudos sobre a Formação
e Promoção de Pessoal dos Sectores
das Infraestruturas e Transportes**
(1 Publicação)

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

16.1

FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA MÃO-DE-OBRA NOS SECTORES
DE INFRAESTRUTURAS E DE TRANSPORTES
- RELATÓRIO FINAL
*MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL,
AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS, ANTÓNIO OLIVEIRA
DAS NEVES, ANTÓNIO SANTOS REBELO, LEANDRO
FIGUEIREDO, VICENTE CALIXTO DA SILVA, 1988*

17. Unidade de Coordenação dos Transportes do Projecto de Reabilitação de Infraestruturas (UCT/PRI) (24 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

17.1

RELATÓRIO INICIAL. FORMAÇÃO. APOIO PROJECTO REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS
MANUEL AUGUSTO LOPES FERREIRA, 1991

17.2

DOSSIER 2 DE FUNDAMENTAÇÃO.
DOCUMENTO TÉCNICO DE DIAGNÓSTICO;
PROJECTO DE RELANÇAMENTO DA SILO DIATA
E PROPOSTA DE ACTUAÇÃO;
*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
PROJECTO DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS,
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES, 1991*

17.3

RODOFLUVIAL, E.P.
- DOSSIER DE AVALIAÇÃO DA EMPRESA
E PROPOSTAS DE ACTUAÇÃO
*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
PROJECTO DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS
(PRI), UNIDADE DE COORDENAÇÃO
DE TRANSPORTES, 1991*

17.4

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES
AO ABRIGO DA COOPERAÇÃO LUSO GUINEENSE
*VOL. I. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
JOSÉ SANTOS PEDRO, 1991*

17.5

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES
AO ABRIGO DA COOPERAÇÃO
LUSO-GUINEENSE
*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. VOL. II
JOSÉ SANTOS PEDRO, 1991*

17.6

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES
AO ABRIGO DA COOPERAÇÃO LUSO-GUINEENSE
*VOL. III. MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
JOSÉ SANTOS PEDRO, 1991*

17.7

RELATÓRIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA;
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES,
NÚCLEO DE MARINHA E PORTOS
*DIRECÇÃO GERAL DA MARINHA E PORTOS;
PIRES NABAIS, 1991*

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

17.8

RELATÓRIO MISSÃO REORGANIZAÇÃO
DO CENTRO DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO
DA DIRECÇÃO GERAL AVIAÇÃO CIVIL
*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
IVONE ALVES, 1992*

17.9

REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXAME
DE CONDUÇÃO E INSPECÇÃO DE VEÍCULOS
DA DIRECÇÃO GERAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES,
PROJECTO DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS,
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES,
JOSÉ PEDRO PINHEIRO, MANUEL NASCIMENTO, 1992*

17.10

BASE DE DADOS DE CARTAS DE CONDUÇÃO
- MANUAL UTILIZAÇÃO
*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES, DIRECÇÃO GERAL
DE VIAÇÃO E TRANSPORTES,
JOSÉ NOGUEIRA, (1992)*

17.11

RELATÓRIO DA MISSÃO A BISSAU:
INFORMATIZAÇÃO DAS LICENÇAS DE CONDUÇÃO
E REGISTOS DE VEÍCULOS (MATRÍCULAS);
*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES;
DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES,
JOSÉ NOGUEIRA, 1992*

17.12

RELATÓRIO RECUPERAÇÃO DA REDE
HIDROMÉTRICA DA GUINÉ-BISSAU
CARLOS A. BRITO CALRÃO, 1994

17.13

RELATÓRIO DA MISSÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA;
SITUAÇÃO ACTUAL DA DIRECÇÃO GERAL
DA METEOROLOGIA NACIONAL MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
*DIRECÇÃO GERAL DA METEOROLOGIA NACIONAL,
CLODOMIR PADILHA ALVES DA SILVA, 1993*

17.14

MANUAL DE APRESENTAÇÃO
DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PROVISIONAL
DAS EMPRESAS PÚBLICAS;
*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES, PROJECTO
DE REABILITAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS,
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES,
APOIO INSTITUCIONAL AO GABINETE
DE ESTUDOS, NEVES MARTINS, 1993*

17.15

RELATÓRIO RECUPERAÇÃO
DA REDE HIDROMÉTRICA DA GUINÉ BISSAU
CARLOS A. BRITO CALRÃO, 1993

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

17.16

APOIO INSTITUCIONAL À DIRECÇÃO GERAL
DA MARINHA E PORTOS;
COMPONENTE: PILOTAGEM DE PORTOS
ANTÓNIO MALDONADO, 1993

17.17

ESTUDO DE LOCALIZAÇÃO E DIMENSIONAMENTO
DO FUTURO TERMINAL DE TRANSPORTES
INTERURBANOS DE BISSAU
*MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES. UNIDADE
DE COORDENAÇÃO DE TRANSPORTES.
HEITOR SOUSA E CASTRO 1993*

17.18

MISSÃO À GUINÉ BISSAU NO ÂMBITO
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA À DIRECÇÃO GERAL
DA METEOROLOGIA AERONÁUTICA
E MARÍTIMA, INTEGRADA NO PROJECTO
DE RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS,
OLAVO RASQUINHO; 1993

17.19

RELATÓRIO MISSÃO À GUINÉ-BISSAU NO ÂMBITO
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CONSULTORIA
À DIRECÇÃO-GERAL DA METEOROLOGIA
NACIONAL NOS DOMÍNIOS DA CLIMATOLOGIA
E AMBIENTE ATMOSFÉRICO
*MINISTÉRIO DO AMBIENTE E RECURSOS
NATURAIS; INSTITUTO DE METEOROLOGIA, 1993*

17.20

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO GABINETE DE ESTUDOS
E APOIO TÉCNICO. MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
*UNIDADE DE COORDENAÇÃO
DOS TRANSPORTES. PROJECTO
DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS,
HEITOR E CASTRO, 1993*

17.21

RELATÓRIO FINAL DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA
ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO GABINETE
DE ESTUDOS E APOIO TÉCNICO. MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.
*UNIDADE DE COORDENAÇÃO
DOS TRANSPORTES DO PROJECTO
DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS,
HEITOR E CASTRO, 1993*

17.22

ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DA OFERTA
E DA PROCURA DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS
E DE MERCADORIAS NA GUINÉ BISSAU

17.23

GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS
E ACÇÕES DE FORMAÇÃO. MINISTÉRIO
DOS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
*DIRECÇÃO GERAL DO SERVIÇO
METEOROLÓGICO NACIONAL;
MARIA ALICE M. LOPES S. BERTO; (S/D)*

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

17.24

AVALIAÇÃO DA RODOFLUVIAL E.P. (1991)

18.

**Estudo de Viabilidade da Silô-Diata
(2 Publicações)**

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

18.1

ESTUDO DE VIABILIDADE DA EMPRESA SILÔ-DIATA;
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL
- SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES
*COORDENADORES: CARLOS CORREIA DA FONSECA,
ROBERT STUSSI; CONSULTORES: GUILHERMINO
RODRIGUES, JOSÉ VELOSO, JOSÉ PINHO, 1988*

18.2

ESTUDO DE VIABILIDADE DA EMPRESA
SILÔ-DIATA - II VOLUME
*MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL
- SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES,
COORDENADORES: CARLOS CORREIA DA FONSECA,
ROBERT STUSSI; CONSULTORES: GUILHERMINO
RODRIGUES, JOSÉ VELOSO, JOSÉ PINHO, 1988*

19.

**Gabinete Técnico do Projecto
de Reabilitação de Infraestruturas
(GT/PRI) (1 Publicação)**

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

19.1

ANÁLISE DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS
PARA O PROBLEMA DA 'MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA
CORRENTE' E DAS JANGADAS
ALBINO PEDROSA DA SILVA, (1993)

20.

**Assistência Técnica à Direcção-Geral
da Habitação e Urbanismo e à Câmara
Municipal de Bissau (4 Publicações)**

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

20.1

ASSESSORIA TÉCNICA À CÂMARA
MUNICIPAL DE BISSAU - RELATÓRIO SÍNTESE
*PROJECTO DE REABILITAÇÃO DE INFRA - ESTRUTURAS
(P.R.I.), 1991*

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

20.2

ASSISTÊNCIA TÉCNICA À DIRECÇÃO GERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO/CÂMARA MUNICIPAL DE BISSAU. PROGRAMA DE ACÇÃO MUNICIPAL
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, CONSTRUÇÃO E URBANISMO - PROJECTO DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, 1991, (1ª VERSÃO)

20.3

REVISÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS; MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, CONSTRUÇÃO E URBANISMO
- PRI - PROJECTO DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS AT À DGHU/CMB, 1992

20.4

ASSISTÊNCIA TÉCNICA À DIRECÇÃO GERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO/CÂMARA MUNICIPAL DE BISSAU. REVISÃO DAS TAXAS MUNICIPAIS; MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, CONSTRUÇÃO E URBANISMO - PROJECTO DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, 1992

21.

Assessoria à Elaboração do Plano Director de Bissau
(1 Publicação)

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

21.1

ASSESSORIA À ELABORAÇÃO DO PLANO DIRECTOR DE BISSAU, RELATÓRIO DE MISSÃO
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, CONSTRUÇÕES E URBANISMO, DIRECÇÃO-GERAL DE HABITAÇÃO E URBANISMO, HUGO HUGON, 1990

22.

Análise Económica e Social do Programa de Auxílio Social e Infraestrutural (PASD)
(3 Publicação)

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

22.1

ANEXOS: AVALIAÇÃO ECONÓMICA DO PROGRAMA DE ACÇÃO SOCIAL E INFRAESTRUTURAL. (COMPONENTE ARRUMAMENTOS E MERCADOS); 1993

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

22.2

AVALIAÇÃO SÓCIO ECONÓMICA DO PROGRAMA DE ACÇÃO SOCIAL E INFRAESTRUTURAL DA GUINÉ BISSAU
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEAMENTO, PROGRAMA DE ACÇÃO SOCIAL E INFRAESTRUTURAL, 1994

22.3

QUADRO N° 19
- COMPONENTE INFRAESTRUTURAS EDUCAÇÃO
- QUADRO DAS REALIZAÇÕES; (1994)

23.

Avaliação Económica e Financeira do Projecto de Ajustamento Sectorial das Infraestruturas Rodoviárias e Urbanas (SECAL) (2 Publicações)

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

23.1

"AVALIAÇÃO ECONÓMICA DO PASITU/SECAL"
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL.
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJECTO DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS 1995

23.2

AVALIAÇÃO ECONÓMICA DO PROJECTO DE AJUSTAMENTO SECTORIAL DAS INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES URBANOS/SECAL
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL, UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROJECTO DE REABILITAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS, 1995

24.

Estudo no Sector dos Transportes no Quadro da Formulação do Projecto de Ajustamento Sectorial das Infraestruturas Rodoviárias e Urbanas (3 Publicações)

FICHEIRO N°
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

24.1

POLÍTICA TARIFÁRIA E CUSTOS DE OPERAÇÃO DOS TRANSPORTADORES NA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU; RELATÓRIO FINAL (VERSÃO PRELIMINAR), PROJECTO DE AJUSTAMENTO SECTORIAL DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS E URBANAS, (EM PREPARAÇÃO); NUNO RIBEIRO 1995

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

24.2

ESTUDO DE CARACTERIZAÇÃO DOS TRANSPORTADORES.
TENDÊNCIA E LINHAS DE ORIENTAÇÃO. MEMORANDO
*MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL,
PROJECTO DE AJUSTAMENTO SECTORIAL
DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS E URBANAS,
(EM PREPARAÇÃO), NUNO RIBEIRO, 1995*

24.3

ESTUDO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARQUE AUTOMÓVEL
EM CIRCULAÇÃO NA REPÚBLICA DA GUINÉ BISSAU.
RELATÓRIO FINAL (VOLUME DE ANEXOS);
PROJECTO DE AJUSTAMENTO SECTORIAL
DAS INFRAESTRUTURAS RODOVIÁRIAS E URBANAS,
(EM PREPARAÇÃO), 1995

25.
Assistência Técnica ao Fundo
Rodoviário (2 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

25.1

FUNDO RODOVIÁRIO
– ASSISTÊNCIA TÉCNICA À REORGANIZAÇÃO
DO FUNDO RODOVIÁRIO; 1994

25.2

IMPLEMENTAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS
NO RELATÓRIO DE FEVEREIRO DE 1994,
RELATÓRIO; ASSISTÊNCIA TÉCNICA
À REORGANIZAÇÃO DO FUNDO RODOVIÁRIO, 1995

26.
Estudo de uma Política Nacional
para o Sector da Habitação
(2 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

26.1

RELATÓRIO FINAL: ASSISTÊNCIA TÉCNICA À DIRECÇÃO
GERAL DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE
*MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL,
DIRECÇÃO GERAL DE ESTRADAS E PONTES, 2003*

26.2

PLANO RODOVIÁRIO NACIONAL;
MINISTÉRIO DO EQUIPAMENTO SOCIAL,
DIRECÇÃO GERAL DE ESTRADAS E PONTES; 2003

27.
Assistência Técnica ao Fundo
de Conservação Rodoviária
(1 Publicação)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

27.1

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO FUNDO DE CONSERVAÇÃO
RODOVIÁRIA, RELATÓRIO FINAL; 2009

28.
Estudo de Viabilidade de uma Unidade
de Transformação do Cajú
(2 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

28.1

ESTUDO DE UMA UNIDADE DE TRANSFORMAÇÃO
DE CASTANHA DE CAJU - RELATÓRIO FINAL; 1986

28.2

ESTUDO DE UMA UNIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DE
CASTANHA DE CAJU - RELATÓRIO/FASE II ANEXO V; 1985

29.
Exercício Natcap
(National and Technical Cooperation
Assessments Programs)
(6 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

29.1

SISTEMA DE GESTÃO MACROECONÓMICA
E PLANEAMENTO NA GUINÉ-BISSAU
MÁRIO MURTEIRA, 1987

29.2

DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA DE REFORMA
PARA O SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO
MARIA BENEDITA TINOCO, 1987

29.3

DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA DE RECURSOS HUMANOS
NO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E PESCAS
MANUEL DIAS NOGUEIRA, 1987

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

29.4

AVALIAÇÃO E PROGRAMAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE APOIO AOS RECURSOS HUMANOS
MANUEL VICTOR MARTINS, 1987

29.5

DIAGNÓSTICO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS; DIRECTRIZES FUNDAMENTAIS
AMÉRICO RAMOS DOS SANTOS; ALFREDO SILVA, 1987

29.6

RELATÓRIO FINAL À ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO PROJECTO "EXERCÍCIO NATCAP" - (DOCUMENTO RESERVADO); 1987

30.

Assistência Técnica ao Banco Nacional da Guiné-Bissau
(7 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

30.1

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO BANCO NACIONAL, PROPOSTA DE ESTATUTOS PARA A ÁREA DO DESENVOLVIMENTO
PAULO SANTA MARTA, 1987

30.2

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO BANCO NACIONAL, PROPOSTA DE REGULAMENTO DE CRÉDITO DO BANCO NACIONAL DA GUINÉ BISSAU
PAULO SANTA MARTA, 1987

30.3

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO BANCO NACIONAL, NORMAS INTERNAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO
PAULO SANTA MARTA, 1987

30.4

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO BANCO NACIONAL, OPERAÇÕES DE CRÉDITO NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO
PAULO SANTA MARTA, 1987

30.5

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO BANCO NACIONAL
PAULO SANTA MARTA, 1987

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

30.6

ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO BANCO NACIONAL, FUNDO EXPERIMENTAL DE CRÉDITO - REGULAMENTO; 1988

30.7

PROJECTO TRILATERAL DE COOPERAÇÃO, SUBPROJECTO 7 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO BANCO NACIONAL DA GUINÉ BISSAU - RELATÓRIO FINAL; 1988

31.

Preparação da Mesa Redonda dos Parceiros de Desenvolvimento
(1 Publicação)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

31.1

CONTRIBUTOS PARA O RELATÓRIO DO SECTOR DA EDUCAÇÃO PROGRAMAÇÃO DE INVESTIMENTOS E DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO; ANTÓNIO FAZENDEIRO, 1991

32.

Estudo de Reabilitação e Diagnóstico da Empresa Suinave
(1 Publicação)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

32.1

RELATÓRIO FINAL: ESTUDO DE REABILITAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA EMPRESA SUINAVE; 2003

33.

Assistência Técnica aos Ministérios da Economia, Finanças, Educação e Saúde (1 Publicação)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

33.1

PARE I - ASSISTÊNCIA TÉCNICA AOS MINISTÉRIOS DA ECONOMIA E FINANÇAS, EDUCAÇÃO E SAÚDE; RELATÓRIO FINAL; 2003

34. Assistência Técnica à Gestão Económica e Financeira do Projecto de Apoio ao PNDS – Projecto Saúde II (2 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

34.1

ASSISTANCE TECHNIQUE POUR LA GESTION
TECHNIQUE ET FINANCIÈRE DU PROJET D'APPUI
AU PLAN DE DÉVELOPPEMENT SANITAIRE
– PROJECT SANTE II– RAPPORT FINALE
– RÉSUMÉ EXÉCUTIVE; 2006

34.2

ASSISTÊNCIA TÉCNICA À GESTÃO TÉCNICA
E FINANCEIRA DO PROJECTO DE APOIO AO PNDS
– PROJECTO SAÚDE II, RELATÓRIO FINAL ; 2006

35. Estudo de uma Política Nacional para o Sector da Habitação (3 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

35.1

PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU; 2006

35.2

ANEXO I - PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU; 2006

35.3

ANEXO II - PLANO ESTRATÉGICO E OPERACIONAL
DE MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU; 2006

36. Estudo do Impacto de um Acordo de Parceria Económica na Guiné-Bissau (1 Publicação)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

36.1

RELATÓRIO FINAL: ESTUDO DO IMPACTO
DE UM ACORDO DE PARCERIA ECONÓMICA
NA ECONOMIA DA GUINÉ-BISSAU
*UNIDADE DE GESTÃO DO PROJECTO DE REFORÇO
DAS CAPACIDADES DE APOIO À PREPARAÇÃO DOS
ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA (APE), 1986*

37.

Avaliação das Necessidades de Comércio e de Assistência Técnica Ligada ao Comércio na Guiné-Bissau (1 Publicação)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

37.1

RELATÓRIO FINAL: AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES
DE COMÉRCIO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA LIGADA
AO COMÉRCIO NA GUINÉ-BISSAU; 2008

38.

Assistência Técnica para a Criação de uma Unidade de Gestão do Programa No Pintcha Pa Dizinvolvimentu (12 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

38.1

MANUAL DE CANDIDATURAS A SUBVENÇÕES
DA UNIÃO EUROPEIA
TIAGO DE MATOS FERNANDES, 2012

38.2

MANUAL DE GESTÃO DO CICLO DE PROJECTO
VÍTOR DIONIZIO, 2012

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

38.3

MANUAL DE GESTÃO DO CICLO DE PROJECTO
- GUIÃO DE ATIVIDADES PRÁTICAS
VÍTOR DIONIZIO, 2012

38.4

MANUAL DE MÉTODOS DE PROMOÇÃO
DA APRENDIZAGEM PARA A EDUCAÇÃO
NÃO-FORMAL
ANA TERESA FORJAZ, 2012

38.5

MANUAL DE ANIMAÇÃO COMUNITÁRIA; HELENA ELIAS,
PROGRAMA DE FORMAÇÃO AVANÇADA PARA ANES 2012

38.6

PLANO DE COMUNICAÇÃO E VISIBILIDADE; 2012

38.7

RELATÓRIO DA ACÇÃO DE FORMAÇÃO
DE FORMADORES NO ÂMBITO DO PROGRAMA
DE FORMAÇÃO AVANÇADA PARA
ACTORES NÃO ESTATAIS (2012), RELATÓRIO
DE FORMAÇÃO – FORMAÇÃO EM MÉTODOS
DE PROMOÇÃO DE APRENDIZAGEM PARA
A EDUCAÇÃO NÃO- FORMAL
ZITA DE SOUSA CARVALHO, 2012

38.8

MANUAL DE GESTÃO DE SUBVENÇÕES
DA UNIÃO EUROPEIA
TIAGO DE MATOS FERNANDES, 2012

38.9

MANUAL DE PLANEAMENTO ESTRATÉGICO
MÓNICA AZEVEDO, FILIPE PINTO 2012

38.10

MANUAL SEGURANÇA ALIMENTAR
E NUTRICIONAL
JOÃO N. PINTO, 2013

38.11

MANUAL SEGUIMENTO E AVALIAÇÃO
GUSTAVO LOPES PEREIRA, 2013

38.12

MANUAL AMBIENTE E CONSERVAÇÃO
*AISSA REGALLA DE BARROS,
ANA CRISTINA VAZ,
LEONILDO CARDOSO, 2013*

39.

Assistência Técnica à Direcção-Geral
de Viação e Transportes Terrestres
(12 Publicações)

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

39.1

RELATÓRIO FINAL:
APOIO À DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO
E TRANSPORTES TERRESTRES (DGVTT); 2014

39.2

PLANO ESTRATÉGICO PARA A DGVTT APOIO
À DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES
TERRESTRES (DGVTT) PROJECTO MULTISectorIAL
DE REABILITAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

39.3

CÓDIGO DA ESTRADA - APOIO À DIRECÇÃO GERAL
DE VIAÇÃO E TRANSPORTES TERRESTRES (DGVTT)
- PROJECTO MULTISectorIAL DE REABILITAÇÃO
DE INFRA-ESTRUTURAS

39.4

BASES GERAIS DA CONCESSÃO PARA OS CENTROS
PRIVADOS DE INSPEÇÕES APOIO À DIRECÇÃO
GERAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES
TERRESTRES (DGVTT) PROJECTO MULTISectorIAL
DE REABILITAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

39.5

RÉGIME GERAL DAS CONTRA-ORDENAÇÕES APOIO
À DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES
TERRESTRES (DGVTT) PROJECTO MULTISectorIAL
DE REABILITAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

39.6

REGULAMENTO DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA
APOIO À DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO
E TRANSPORTES TERRESTRES (DGVTT)
PROJECTO MULTISectorIAL DE REABILITAÇÃO
DE INFRA-ESTRUTURAS

39.7

REGULAMENTO DAS INSPEÇÕES E DOS CENTROS
DE INSPEÇÃO APOIO À DIRECÇÃO GERAL
DE VIAÇÃO E TRANSPORTES TERRESTRES (DGVTT)
PROJECTO MULTISectorIAL DE REABILITAÇÃO
DE INFRA-ESTRUTURAS

39.8

REGULAMENTO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO
APOIO À DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES
TERRESTRES (DGVTT) PROJECTO MULTISectorIAL
DE REABILITAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

39.9

REGULAMENTO DOS TRANSPORTES
EM AUTOMÓVEL APOIO À DIRECÇÃO GERAL
DE VIAÇÃO E TRANSPORTES
TERRESTRES (DGVTT) PROJECTO MULTISECTORIAL
DE REABILITAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

39.10

REGULAMENTO DE MATRÍCULAS APOIO
À DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO E TRANSPORTES
TERRESTRES (DGVTT) PROJECTO
MULTISECTORIAL DE REABILITAÇÃO
DE INFRA-ESTRUTURAS

39.11

REGULAMENTO SOBRE O ENSINO
DA CONDUÇÃO APOIO À DIRECÇÃO GERAL
DE VIAÇÃO E TRANSPORTES TERRESTRES
(DGVTT) PROJECTO MULTISECTORIAL
DE REABILITAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

39.12

MANUAL DE PROCEDIMENTOS APOIO
À DIRECÇÃO GERAL DE VIAÇÃO
E TRANSPORTES TERRESTRES (DGVTT)
PROJECTO MULTISECTORIAL
DE REABILITAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

40. Publicação

FICHEIRO Nº
(CONSULTAR NA PENDRIVE)

40.1

“MÁRIO MURTEIRA ANALISA ÁFRICA LUSÓFONA”
E “REGRESSO A BISSAU”,
NESTA NOITE SONHEI COM A CRISE,
MÁRIO MURTEIRA, EDIÇÃO ITDC, 2013

ceso

DEVELOPMENT **CONSULTANTS**



A CESO é uma empresa de consultoria na área do desenvolvimento internacional com mais de 30 anos de experiência, que presta serviços de assistência técnica nos vários domínios do desenvolvimento económico, social e organizacional.

Desde a sua criação em 1981, implementámos mais de 400 contratos em 109 países em 4 continentes, para clientes como a Comissão Europeia, o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, as agências de desenvolvimento bilaterais, bem como para diversas entidades governamentais dos países em que actuamos.

AMÉRICAS

ARGENTINA • BOLÍVIA • BRASIL • CHILE • COLÔMBIA • CUBA • EQUADOR • ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA • GUATEMALA • GUIANA HONDURAS • MÉXICO • PANAMÁ • PARAGUAI • PERÚ • REPÚBLICA DOMINICANA • SANTA LÚCIA • S. VICENTE E AS GRANADINAS • URUGUAI • VENEZUELA

EUROPA OCIDENTAL

ALEMANHA • BÉLGICA • DINAMARCA • ESPANHA • FRANÇA • HOLANDA • ITÁLIA • MALTA • PORTUGAL • REINO UNIDO • SUIÇA

EUROPA CENTRAL E DE LESTE

ALBÂNIA • BULGÁRIA • CROÁCIA • ESLOVÁQUIA • ESLOVÉNIA • ESTÓNIA • HUNGRIA • LITUÂNIA • MACEDÓNIA • MOLDÁVIA • POLÓNIA • REPÚBLICA CHECA • ROMÉLIA • RÚSSIA • SÉRVIA • UCRÂNIA

ÁFRICA

ÁFRICA DO SUL • ANGOLA • ARGÉLIA • BENIM • BOTSWANA • BURKINA FASO • BURUNDI • CABO VERDE • CAMARÕES • CHADE • COSTA DO MARFIM • EGIPTO • ETIÓPIA • GABÃO • GÂMBIA • GUINÉ-BISSAU • GUINÉ CONACRI • GUINÉ EQUATORIAL • LESOTO • MADAGÁSCAR • MALAWI • MALI • MARROCOS • MAURÍCIAS • MAURITÂNIA • MOÇAMBIQUE • NAMÍBIA • NÍGER • NIGÉRIA • QUÉNIA • REPÚBLICA CENTRO AFRICANA • REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO • RUANDA • SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE • SENEGAL • SWAZILÂNDIA • TANZÂNIA • TUNÍSIA • UGANDA • ZÂMBIA • ZIMBABWE

O reconhecimento obtido junto dos clientes pelo profissionalismo, qualidade e eficiência do seu trabalho permitiu-nos consolidar a nossa posição como uma empresa líder no mercado internacional da consultoria de desenvolvimento.

Concentramos a nossa actuação em oito sectores principais.



PROSPECTIVA
& MACROECONOMIA



POLÍTICA ECONÓMICA
E FINANÇAS PÚBLICAS



DESENVOLVIMENTO
DO SECTOR EMPRESARIAL
E ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS
DE DESENVOLVIMENTO
SECTORIAL



MODERNIZAÇÃO
DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE CIVIL



EDUCAÇÃO,
EMPREGO
E ASSUNTOS
SOCIAIS



ESTRATÉGIAS
E POLÍTICAS
AGROALIMENTARES



TRANSPORTES,
ENERGIA E AMBIENTE



DESENVOLVIMENTO
E ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO

ACTUAMOS ATRAVÉS DA PRESTAÇÃO DE QUATRO TIPOS DE SERVIÇOS:

ASSESSORIA E ESTUDOS

REFORÇO INSTITUCIONAL

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

FORMAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

A CESO acredita que cada cliente e cada projecto tem necessidades específicas. A nossa função é obter um entendimento profundo de cada novo desafio e desenvolver soluções adequadas.

À abordagem desenvolvida pela CESO chamamos “SKIEs”

• COMPETÊNCIAS (SKILLS)

ATRAVÉS DE PERITOS ESPECIALIZADOS E COM AMPLA EXPERIÊNCIA RELEVANTE PARA CADA CONTEXTO.

• CONHECIMENTO (KNOWLEDGE)

ASSEGURANDO O ACESSO A KNOW-HOW TÉCNICO ESPECIALIZADO NAS ÁREAS E SECTORES DE CADA PROJECTO.

• INFORMAÇÃO (INFORMATION)

TENDO POR BASE PERCEÇÃO DO MERCADOS EM QUE ACTUAMOS.

• ENERGIA (ENERGY)

CONSTITUÍDA PELO ENVOLVIMENTO DOS RECURSOS ADEQUADOS – FINANCEIROS E TEMPO.

• EXPERIÊNCIA (EXPERIENCE)

A PARTIR DE CADA NOVO PROJECTO GERAMOS CONTINUAMENTE NOVOS CONHECIMENTOS E INFORMAÇÕES, PARA APOIAR FUTURAS ACTUAÇÕES.

Destaques de Projectos

• *Assistência técnica aos Diálogos Sectoriais Brasil – União Europeia, Brasil*

O Brasil é um dos 8 países com quem a União Europeia estabeleceu uma parceria estratégica. A sua operacionalização inclui a implementação de diálogos sectoriais que permitem aproximar as partes e facilitar as relações económicas, políticas e sociais.

A CESO lidera, desde 2011, a assistência técnica ao Ministério do Planeamento, Orçamento e Gestão do Brasil que promove estes diálogos sectoriais entre instituições Brasileiras e Europeias. Entre 2011 e 2015 foram implementadas 139 acções – missões de intercâmbio, seminários, oficinas e workshops – em 34 diálogos, em temas tão diversos como Direitos Humanos, Desenvolvimento Social e Emprego, Governança do Setor Público, Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ambiente e Desenvolvimento Sustentado, entre outros.

Financiador: União Europeia

• *Plano Nacional de Formação de Quadros, Angola*

A formação de quadros constitui um dos maiores desafios como recurso base para a implementação dos planos de desenvolvimento de cada país.

A CESO colaborou activamente na definição da Estratégia Nacional de Formação de Quadros de Angola e subsequente Plano Nacional orientado para a formação de recursos humanos altamente qualificados, necessários à implementação de projectos e ao combate à pobreza.

Desde 2013 tem vindo a apoiar as entidades oficiais na implementação deste plano através dos programas de formação para Quadros Médios e Superiores, Professores e de Investigadores, Quadros Docentes e Investigadores em Educação, Quadros para a Administração Pública, Empreendedorismo e Desenvolvimento Empresarial, bem como na dinamização de uma Política Pública de Bolsas de Estudos.

Financiador: Governo de Angola

• *Assistência Técnica aos Serviços do Ordenador Nacional do FED, Angola*

No âmbito do desenvolvimento das capacidades Institucionais para a modernização da função pública em matéria de Planificação, a CESO apoia os serviços do ordenador nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) em Angola, contribuindo para uma melhor absorção dos recursos externos para a persecução dos objectivos da estratégia nacional de desenvolvimento.

Esta intervenção inclui o apoio à coordenação do diálogo com os parceiros de desenvolvimento, bem como a definição e implementação de metodologia, instrumentos e capacidades de programação, instrução e execução de programas e projectos

Financiador: União Europeia

• *Estratégia de Longo Prazo 2025, Angola*

A CESO apoiou o desenvolver da Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para o horizonte até 2025, que define uma visão global para Angola e o seu papel a nível internacional. A estratégia estabelece ainda os 2 eixos prioritários de desenvolvimento, o do sistema sócio – cultural, que compreende as políticas de Bem – Estar Social, o sistema técnico – económico, que integra as políticas orientadas para a Ciência, Política Tecnológica e Inovação.

Financiador: Governo de Angola

• *Constituição e Operacionalização da Empresa Intermunicipal Águas de Santiago (Cabo Verde)*

A concentração das responsabilidades dos diversos serviços municipais, num único operador de abastecimento de água e saneamento para a Ilha de Santiago – Águas de Santiago, é um dos elementos chave da reestruturação do sector em Cabo Verde.

A CESO está a apoiar a criação e início de operação da Empresa Águas de Santiago, que inclui a definição, capacitação e implementação de novos procedimentos nas várias áreas da empresa, nomeadamente Gestão comercial, Operação e manutenção dos sistemas de abastecimento, Reduções de água não paga, Recursos Humanos e qualificação de quadros, Questões legais, Ferramentas Informáticas, bem como a integração dos aspectos ambientais, socioeconómicos e de género associados ao abastecimento de água e saneamento.

Financiador: Millennium Challenge Corporation

• *Apoio ao Sistema Nacional de Planificação e Estatística (Costa do Marfim)*

Com vista a reforçar o processo de planeamento, implementação e monitoria do Plano Nacional de Desenvolvimento da Costa do Marfim, a CESO participa na consolidação e reforço de competências do sistema nacional de planeamento, na operacionalização e implementação de estratégias de desenvolvimento e na melhoria do sistema nacional de estatística.

Financiador: União Europeia

• *Programa de Formação de Preparação de Projectos para as Comunidades Regionais Económicas (Guiana, Santa Lúcia, Botswana, Nigéria, Burkina Faso, República Centro Africana)*

As comunidades económicas regionais têm um papel essencial na elaboração de políticas comerciais que promovam o desenvolvimento sustentável, a redução da pobreza e a boa integração no sistema de comércio global.

O Programa de formação implementado pela CESO centra-se no reforço das competências de concepção de projectos, como estratégia para promover a adequada preparação e implementação do Programa Indicativo Regional do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED).

A formação foi dirigida aos quadros das comunidades económicas regionais, ECOWAS, UEMOA, CEMAC, ECCAS, CARICOM, OECS, COMESA e SADC

Financiador: União Europeia

• Estudos Económicos e Estatística, Argélia e Comunidade Andina
(Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela)

A recolha de informação económica e estatística constitui um elemento de base para a definição, implementação e monitorização de políticas e programas de desenvolvimento.

Na Argélia a CESO participou na produção e disseminação de estudos económicos e social e no estabelecimento de uma rede argelina e internacional de estudo, como forma de melhorar a informação económica de médio-prazo e apoiar a implementação de políticas macroeconómicas, sectoriais e regionais.

Junto da Comunidade Andinas, participou ainda na fortalecimento das competências dos serviços de estatística nacionais e da Comunidade Andina, para apoiar a criação de um mercado único e o processo de harmonização de políticas macroeconómicas. A intervenção teve especial enfoque nas estatísticas de comércio internacional, mercadorias, transportes, bem como nas contas nacionais e outras estatísticas macroeconómicas.

Financiador: União Europeia

35
Anos de História na
Guiné-Bissau

Conteúdos Editoriais

CESO

Design

SARTOR SEVEN GROUP

Fotografia Capa

Anton Ivanov

250 exemplares
Junho 2015



DEVELOPMENT **CONSULTANTS**

Av. Elias Garcia, 123 - 4º
1050-098 Lisboa - Portugal
Tel +351 21 799 96 00

ceso.pt